

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 30 de Setembro de 2007**

**Área Temática: PAA e SAN**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Setembro de 2007

## Índice

<b>ONU alerta para seca no Brasil</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 01/09/2007 .....	5
<b>Governo estuda cortar tarifa de alimento</b> – Guilherme Barros – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/09/2007 .....	6
<b>Governo pode cortar tarifa sobre alimentos</b> – Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Brasil - 04/09/2007 .....	7
<b>Disparada no preço dos alimentos corrói a renda</b> – Toni Sciarretta – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/09/2007 .....	8
<b>Governo já acompanha aumento de preços em serviços e alimentos</b> - Claudia Safatle – Valor Econômico – Brasil - 05/09/2007 .....	10
<b>Cesta básica sobe em 16 capitais, mostra Dieese</b> - Adilson Fuzo – Valor Econômico – Brasil - 05/09/2007 .....	12
<b>Cassel recebe Comitê de Planejamento de Organizações para Soberania Alimentar</b> – Sitio Eletrônico do MDA – 06/09/2007 .....	12
<b>Alimentos mantêm pressão e IPCA dobra em agosto</b> - Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/09/2007 .....	13
<b>Alta nos preços dos alimentos afeta mais a população de baixa renda</b> - Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/09/2007 .....	14
<b>Commodities agrícolas disparam e criam a 'agflação'</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/09/2007 .....	15
<b>Alimento faz inflação dobrar em agosto</b> – Pedro Soares e Diana Brito – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/09/2007 .....	16
<b>Alta nos alimentos pode trazer tensão social, diz diretor da FAO</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/09/2007 .....	18
<b>Especialistas dizem que alta pode continuar</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/09/2007 .....	18
<b>As novidades do PPA</b> - Ribamar Oliveira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/09/2007 .....	19
<b>Recursos do PAA estão garantidos para o Maranhão</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 11/09/2007 .....	21

<b>Alimentos pressionam e preços sobem em setembro</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/09/2007 .....	22
<b>Altamira (PA) debate segurança alimentar com respeito à cultura e tradições regionais</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 13/09/2007 .....	22
<b>Êxito do PAA ajuda a reduzir a fome e a desnutrição no Brasil, diz Patrus Ananias</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 14/09/2007 .....	23
<b>Seminário em São Paulo discute desperdício de alimentos e compromisso social</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 14/09/2007.....	24
 <b>Segunda Quinzena</b>	
<b>A conta da natureza</b> - Gustavo Paul, Patrícia Duarte e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 16/09/2007.....	26
<b>Inflação nos alimentos - dá para acreditar?</b> - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Nacional – 19/09/2007 .....	28
<b>Assentamento rural conquista mercado com diversidade de produção</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 19/09/2007 .....	30
<b>Poder de compra se mantém, apesar de alimento mais caro</b> - Raquel Salgado – Valor Econômico – Brasil - 21/09/2007 .....	31
<b>Alta de alimentos perde fôlego, e inflação recua</b> – Clarice Spitz – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/09/2007.....	33
<b>Missão colombiana conhece projetos de Segurança Alimentar do MDS</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 24/09/2007.....	34
<b>Preço de alimento recua e IPC-S desacelera alta</b> – Valor Econômico – Brasil - 25/09/2007 .....	36
<b>Brasileiros consomem poucos nutrientes básicos, revela estudo</b> - Ricardo Westin – Estado de São Paulo – Vida & - 26/09/2007 .....	36
<b>Confiança do consumidor é abalada pela comida cara</b> - Alessandra Saraiva – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/09/2007.....	39
<b>A fome invisível</b> – O Globo – Ciência – 26/09/2007 .....	39
<b>Livro faz análise do cotidiano alimentar de assentados</b> – Sítio Eletrônico do MDA - 26/09/2007 .....	41

<b>Lucros no campo, inflação nas cidades</b> – Valor Econômico – Brasil - 26/09/2007 .....	41
<b>Alimentos reduzem pressão no IPC da Fipe</b> - Folhapress, de São Paulo – Valor Econômico – Brasil - 27/09/2007.....	43

**ONU alerta para seca no Brasil** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 01/09/2007

Nordeste deve ser o mais afetado por mudança no clima

Produzir alimentos no Nordeste será cada vez mais difícil e o governo brasileiro precisa se preparar para fazer investimentos de peso em irrigação na região. O alerta é da Organização Meteorológica Mundial da ONU (OMM), que aponta para os efeitos das mudanças climáticas como sendo responsáveis por esse novo cenário nos Estados que já sofrem com seca. A entidade ainda diz que as mudanças climáticas podem se tornar uma séria ameaça à oferta de alimentos para populações mais pobres.

“Devemos esperar uma maior desertificação e salinização das terras do Nordeste nas próximas décadas”, afirmou M.V.K. Sivakumar, chefe da Divisão de Meteorologia Agrícola da entidade. Segundo ele, a produção agrícola tende a ficar mais difícil até mesmo na bacia do Rio São Francisco.

“Os efeitos começarão a ser sentidos em cerca de 10 anos, mas devem continuar com maior intensidade até 2050.” Até lá, o governo deve se preparar para tomar pelo menos duas medidas: garantir a irrigação da região e adotar uma estratégia de gestão da água disponível no Nordeste. “Isso será fundamental para a agricultura no Nordeste”, afirmou Sivakumar, considerado um dos principais pesquisadores sobre o impacto das mudanças climáticas sobre a agricultura.

“Veremos um volume menor de chuvas no Nordeste e isso certamente terá um impacto na terra e na produção da região.” De acordo com o IBGE, o Nordeste tem 51 milhões de habitantes. Segundo a OMM, os efeitos não serão sentidos apenas pelos agricultores, mas pelas populações das grandes cidades da região que dependem do abastecimento de alimentos. E estudos apontam para um encarecimento dos produtos.

A OMM afirma que a perda de terras será um fenômeno mundial nas próximas décadas. Hoje, apenas 11% da superfície do planeta é cultivável. O problema é que, até 2020, a população mundial atingirá 8,2 bilhões de pessoas ante os atuais 6,3 bilhões. O tema fará parte da conferência da ONU que começa na segunda feira em Madri, para tratar do futuro do solo do planeta para a agricultura.

**Importação serviria para conter alta de produtos como leite, carne e trigo, que pressionam inflação e ameaçam corte de juros**

**Empresários se espantam com plano da Fazenda e afirmam que medida é desnecessária e que alta de preços do setor é mundial**

O Ministério da Fazenda planeja abrir o mercado à importação dos alimentos que mais pressionam a inflação. O governo está preocupado com o risco de a alta recente dos índices de preços, puxada por alimentos, levar o Banco Central a frear o processo de redução dos juros.

A Fazenda estuda a possibilidade de eliminar as tarifas de importação de fora do Mercosul de produtos alimentícios como leite, trigo e carnes. A TEC (Tarifa Externa Comum do Mercosul) que incide sobre esses produtos é de 14% a 16% no leite e de 12% na farinha de trigo e na carne bovina.

A informação é do secretário de Acompanhamento Econômico da Fazenda, Nelson Barbosa, hoje um dos principais formuladores da política econômica do ministro da Fazenda, Guido Mantega. De acordo com ele, os estudos para a adoção dessa medida já foram iniciados e podem ser adotados a qualquer momento.

"Se essa inflação de alimentos persistir e os preços internos se descolarem dos internacionais, o Ministério da Fazenda poderá recorrer à política tarifária para abrir o mercado à importação de alimentos", diz o secretário de Acompanhamento Econômico da Fazenda.

Os empresários receberam a notícia com espanto. Para eles, a medida é não só desnecessária como ineficaz. O argumento deles é que os alimentos sobem no mundo inteiro, puxados pela alta de consumo em países emergentes como China e Índia, e o Brasil, celeiro global, tem um dos preços mais competitivos do planeta.

"Não será o mundo que irá alimentar o Brasil", diz Edmundo Klotz, presidente da Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentação).

**Impostos** -Nelson Barbosa afirma, no entanto, que o governo estuda outros instrumentos, como a desoneração de impostos, para incentivar a produção de alimentos, mas os efeitos dessa medida não seriam tão rápidos e tão eficazes como os da eliminação das barreiras tarifárias. A maior dúvida a respeito dessa medida, segundo Barbosa, é se a redução tributária seria ou não repassada para os preços ao consumidor. Já a queda da tarifa de importação teria um efeito imediato, acentuada pelo real forte, que barateia produtos externos.

**Sinal amarelo** - O secretário de Acompanhamento Econômico da Fazenda diz que os estudos do governo para conter a inflação foram iniciados a partir do sinal amarelo dado por vários analistas econômicos -principalmente daqueles ligados às instituições financeiras- de que a alta da inflação poderia frear o processo de queda do juro básico da economia (Selic), hoje em 11,5% ao ano.

"A nossa preocupação é que essa alta de inflação e esse sinal dado pelos analistas econômicos ameacem o processo de queda dos juros no longo prazo", diz Barbosa. A Fazenda, ao fazer a ameaça, mira o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central, que pode frear ou atenuar, como prevê o mercado financeiro, o processo de corte de juro em sua próxima reunião, nestas terça e quarta. Nas últimas semanas, Henrique Meirelles, presidente do BC, já havia manifestado, em suas declarações, preocupação com os efeitos da turbulência internacional sobre a economia.

À turbulência foi somada a alta de 0,98% do IGP-M de agosto, bem acima das previsões do mercado, que variavam de 0,63% a 0,82%. A grande pressão veio dos alimentos, principalmente do leite, da carne e do trigo.

O economista Paulo Picchetti, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor Semanal da cidade de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, diz que, em 2007, os preços dos alimentos acumulam uma alta expressiva, depois de dois anos praticamente estabilizados. O preço que mais subiu desde janeiro de 2005 foi o do leite -alta de 38,9% no período.

#### **Governo pode cortar tarifa sobre alimentos – Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Brasil - 04/09/2007**

O governo vai combater aumentos abusivos de preços de alimentos reduzindo ou eliminando tarifas de importação. O recado foi dado ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. "Estamos atentos no Ministério da Fazenda para que não haja abuso. Tomaremos medidas para coibir isso quando algum setor eleva margem de forma restrita", afirmou o ministro. A preocupação do ministro com pressões inflacionárias derivadas de preços de alguns alimentos se deve também ao efeito que isto pode ter na política de redução da taxa de juros.

O que há de concreto nessa vigilância de Mantega, por enquanto, é a proposta de eliminar temporariamente a tarifa de 10% cobrada sobre a importação de trigo de países que não fazem parte do Mercosul. A decisão caberá ao colegiado de sete ministros que integram a Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), do Ministério da Fazenda, vai monitorar os aumentos de preços. As preocupações quanto a pressões inflacionárias estão, neste momento, voltadas para três segmentos: leite e seus derivados, carnes e grãos.

A única medida que o governo pode tomar em pouco tempo é a eliminação da tarifa de importação do trigo, mas Mantega ponderou ontem que a questão é saber se isso terá eficácia. Segundo ele, aproximadamente 90% das importações do produto vêm da Argentina, o que provoca alguma dúvida sobre o efeito positivo da eliminação da tarifa para fornecedores distantes (Estados Unidos e Canadá).

Na avaliação de Mantega, o caso do trigo não indica cartelização (aumento combinado entre produtores), porque a cotação internacional do produto está aumentando. "É muito difícil evitar o aumento do trigo no Brasil sem artificialismos. O governo não gosta disso porque, depois, provoca arrependimento", afirmou.

O secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Armando Meziat, confirmou que o tema do trigo pode entrar a qualquer momento na pauta da Camex. Ele relatou que, no atual cenário do mercado mundial, o trigo enfrenta demanda maior que oferta, o que vem elevando preços. Apesar da suspensão de novas concessões de registro de exportação na Argentina, Meziat garantiu que as autoridades do país vizinho descartaram qualquer hipótese de desabastecimento.

No Ministério do Desenvolvimento, há um pedido da entidade que representa a indústria do trigo para zerar, temporariamente, a tarifa de importação. "Se for necessário eliminar ou reduzir tarifas de importação, isso será discutido na Camex. Não é apenas um ministério que decide", comentou Meziat.

No caso do leite e de seus derivados, Meziat informou que processos antidumping contra produtores argentinos e uruguaios foram encerrados com acordos de preços. Não há, para esse produto, previsão de alterar a tarifa de importação para terceiros países. (AG)

**Disparada no preço dos alimentos corrói a renda** – Toni Sciarretta – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/09/2007

### **Custo da cesta básica tem forte salto por causa da alta de produtos como carne**

#### **Ganho do salário mínimo em relação à cesta básica, trunfo eleitoral de Lula, recua em 16 capitais do país, aponta pesquisa do Dieese**

O forte aumento no preço dos alimentos, que já configura um "choque de oferta" para produtos como leite, carne e trigo e seus derivados, leva a uma corrosão no poder de compra dos trabalhadores, sobretudo os de menor renda.

Pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) mostra alta de 3,24% no preço da cesta básica de julho para agosto em São Paulo. Não há uma cesta nacional. O maior aumento aconteceu em Natal, cidade em que subiu 9,62% no período. Em Belo Horizonte, o aumento foi de 8,14%, em Salvador, de 6,56%. Já o IPCA (índice de inflação oficial) em julho ficou em 0,24%.

Neste ano, a elevação nos preços dos alimentos acontece por conta de uma conjuntura de fatores negativos de abrangência internacional: quebra na produção de trigo na Argentina e no Canadá, redução nas exportações de leite e laticínios na Oceania, além de uma seca maior do que a esperada que reduziu áreas de pastagem no Nordeste. E ainda um aumento no consumo de alimentos no Brasil e outros emergentes, como a China, que sustenta o mais recente ciclo de alta das commodities em geral.

No Brasil, as conseqüências foram os aumentos de 56,54% no leite longa vida e de 32,42% nos laticínios em geral neste ano, segundo a FGV (Fundação Getúlio Vargas). No



mesmo levantamento, a carne bovina teve elevação de 3,76% -sendo 2,93% só em agosto devido a adiantamento do impacto da entressafra bovina, que só deveria pesar no fim de setembro.

No caso dos alimentos, os aumentos ocorrem em efeito cascata. Quando a carne bovina sobe, puxa os preços avícolas, que são proteínas de substituição das carnes. Neste ano, os ovos subiram 20,07%, e o frango inteiro, 6,4%, segundo a FGV.

Para o professor da FEA-USP Heron do Carmo, especialista em inflação, o país assiste a uma recuperação dos preços dos alimentos, que até o ano passado seguraram a inflação. Ele lembra que o preço baixo do leite e da carne até 2006 levou os pecuaristas a se desfazerem das chamadas matrizes, que hoje produzem menor quantidade de leite e carne e sustentam a alta nos preços.

Pelo mesmo motivo, Carmo prevê uma inversão no preço dos alimentos por conta de um provável aumento na produção em 2008. "Os preços altos levarão a uma maior produção no próximo ano, que deve derrubar os preços dos atuais patamares. O mercado sozinho se equilibra", disse Carmo.

Devido à inflação dos alimentos, o Dieese afirma que o salário mínimo deveria ser de R\$ 1.733,88 -2,69% maior do que em julho- para cobrir o que considera "determinação constitucional" de que o mínimo deveria ser suficiente para alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, transporte, lazer e previdência.

**Salário** - Pela primeira vez no ano, o preço da cesta básica em 16 capitais brasileiras subiu em ritmo anual maior do que o último aumento do salário mínimo, de 8,57%, ocorrido em abril. Em 12 meses, a cesta básica do Dieese acumula uma alta de 23,85% em Natal; de 20,19% em Porto Alegre; de 17,34% no Rio; e de 13,81% em São Paulo, entre outras capitais.

Vale lembrar que, no ano passado, o mínimo teve um aumento nominal de 16,6%. Para economistas e sindicalistas, a corrosão do poder de compra de alimentos e de itens básicos levará os trabalhadores a pedirem aumentos salariais acima da inflação. Coloca ainda em xeque a nova política de reajuste do salário mínimo, que além da inflação leva em conta o crescimento do PIB.

"[O aumento da cesta básica] é uma notícia ruim para os trabalhadores, principalmente os mais pobres e os menos organizados. Nas reivindicações, esse dado terá que ser levado em conta. Além de repor o poder de compra, vamos pedir diminuição de impostos para os itens da cesta básica", disse João Carlos Gonçalves, conhecido como Juruna, secretário-geral da Força Sindical.

"Vamos cobrar aumento real acima da inflação pelo IPCA [índice utilizado no reajuste] para cobrir a alta da cesta básica e dos alimentos", disse Rafael Marques, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (filiação à CUT). O poder de compra crescente do salário mínimo em relação a cesta básica desde 2003 é visto como trunfo político do governo Lula.

**Copom** - No mercado financeiro, o recente aumento no preço dos alimentos também preocupa, apesar de não ser visto com potencial para estourar a meta de inflação, hoje em 4,5%. No ano, o IPCA soma inflação de 3,69% e, em 12 meses, de 3,74%. É preocupante o aumento da cesta básica, que afeta as pessoas de menor faixa de renda, que estão na base de apoio do presidente Lula. Nos anos anteriores, foi sempre o contrário: o mínimo subia acima da inflação", disse Elson Teles, economista-chefe da corretora Concórdia.

Por conta do que chama de "choque de oferta" dos alimentos, o economista prevê hoje uma redução no ritmo de corte dos juros básicos brasileiros, de 0,5 ponto para 0,25 ponto percentual, para 11,25% ao ano, segundo espera a maioria dos economistas do mercado financeiro brasileiro.

**Governo já acompanha aumento de preços em serviços e alimentos - Claudia Safatle – Valor Econômico – Brasil - 05/09/2007**

A demanda está aquecida, a economia está respondendo a esse fato com aumento dos investimentos e com o crescimento das importações, mas há grande preocupação, no governo, com a remarcação de preços no setor de serviços. Técnicos da área econômica estão acompanhando com lupa as pressões inflacionárias decorrentes do aumento do consumo, da pressão dos preços alimentos e, também, da forte elevação dos preços dos serviços (que reúnem itens como aluguel, cabeleireiro, mensalidades escolares, condomínio e consertos de automóveis). Estes são mais sensíveis ao aumento da demanda porque não têm como serem substituídos por bens vindos do mercado internacional.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que o governo está vigilante com a inflação e tem medidas a tomar. Avisou que o sinal é "amarelo", mas acha que o próprio desaquecimento da economia mundial, esperado como decorrência das recentes turbulências nos mercados financeiros, ajudará a dissolver os aumentos de preços de alimentos. Além do mais, lembrou o ministro, há espaço para acomodar uma inflação maior na meta de 4,5% para este e para os próximos anos.

"Alguns preços estão sendo afetados. Até agora, é um sinal amarelo e o governo tem medidas para tomar", avisou Mantega, em entrevista após encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A elevação dos preços da cesta básica em cerca de 16 Estados, capturada pelo Dieese, segundo ele, decorre principalmente do período da entressafra e do aumento das cotações das commodities.



"A inflação, antes, estava nos 3,5% e o centro da meta é 4,5%. Estávamos num patamar de inflação um pouco baixo. Essa aproximação ao centro não chega a ser trágica. Temos de ver se persiste por um ou dois meses", avaliou o ministro. Ele acha, também, que a turbulência financeira "está na direção oposta à do aumento de preços" e aguarda uma retração do consumo nas economias internacionais e, conseqüentemente, dos preços nos mercados externos de alimentos e demais commodities. "Isso é algo esperado, não temos de nos precipitar", assinalou.

O aumento dos serviços revelado pelo IPCA-15 foi de 0,51% em agosto, em comparação com os 0,27% em julho e avalia-se, no governo, que parte das pressões sobre esse segmento da economia estaria sendo produzida pelo aumento dos salários sobretudo da mão-de-obra mais qualificada.

Junta-se a isso o aumento da oferta de crédito para pessoas físicas e a redução da taxa média de juros cobrada pelo crédito direto ao consumo, para configurar um cenário de ressurgimento de focos de inflação preocupantes. A participação do crédito no produto interno saltou 3,7 pontos percentuais de junto para julho, situando-se, agora, em 32,7% do PIB.

Como reação às pressões inflacionárias vindas dos alimentos, anunciou a redução da tarifa de importação do trigo, para baratear o preço do produto ao consumidor final. Mas sabe que essa é uma medida de eficácia limitada, já que boa parte do trigo importado vem da Argentina, com tarifa zero de importação. O que encarece o produto, para os moinhos brasileiros, é o imposto de exportação cobrado pelo governo do país vizinho. Ao colocar esse produto na lista de exceção da Tarifa Externa Comum (TEC), o ministro Guido Mantega estaria criando alternativas para o país importar de outros mercados.

Há espaço para o aumento das importações no balanço de pagamentos, mas técnicos da área econômica lembram que para manter as contas externas saudias, o ideal é que as importações cresçam na mesma medida que o aumento das exportações, no longo prazo. Não é sinal de problema, por um curto período de tempo, o país conviver com importações mais elevadas que o ritmo de crescimento das vendas externas e que isso se transforme até em déficit em conta corrente num ano, para virar superávit no outro.

Se essa, porém, for uma trajetória duradoura, aí sim, avaliam esses economistas, o país estará entrando numa seara perigosa. **(Colaborou Arnaldo Galvão, de Brasília)**

### **Cesta básica sobe em 16 capitais, mostra Dieese - Adilson Fuzo – Valor Econômico – Brasil - 05/09/2007**

A cesta básica ficou mais cara em agosto em todas as 16 capitais que participam do levantamento mensal feito pelo Dieese. As maiores variações aconteceram em Natal (9,62%), Fortaleza (8,18%) e Belo Horizonte (8,14%). Porto Alegre foi a capital onde a cesta básica foi encontrada pelo maior preço, R\$ 206,39, seguida por São Paulo (R\$ 193,04) e Rio de Janeiro (R\$ 182,14), embora as três cidades tenham ficado entre as cinco capitais com menor alta de preços no período, com 2,70%, 3,24% e 2,49%, respectivamente. Diante desse resultado, o Dieese calcula que o salário mínimo deveria corresponder a R\$ 1.733,88 em agosto (356% mais do que o mínimo vigente de R\$ 380,00).

Os produtos que encabeçaram a alta foram o tomate, o leite, a carne, o feijão, o pão e o óleo de soja, que subiram em pelo menos 13 das 16 capitais pesquisadas. Contendo a aceleração do índice, estão o açúcar e a batata que sofreram baixa em seus preços em agosto em pelo menos sete das capitais que participam da pesquisa.

Natal acumula até agora a maior variação no preço de sua cesta básica na avaliação dos oito primeiros meses de 2007, com 15,52%. Na seqüência, praticamente empatados, estão João Pessoa (12,97%) e Recife (12,96%). Já em Goiânia (2,20%), Belo Horizonte (2,39) e Brasília (2,54%) estão as taxas mais comportadas de 2007.

Na avaliação de 12 meses, que considera as altas acumuladas de setembro de 2006 a agosto de 2007, Natal novamente encabeça a lista de altas, com 23,85% de elevação no preço da cesta básica.

Segundo o Dieese, em São Paulo, o preço dos itens de primeira necessidade já acumula alta de 6,04% nos oito primeiros meses de 2007, enquanto no período de 12 meses (setembro de 2006 a agosto de 2007) a alta já é de 13,81%. Dos 13 produtos avaliados pelo Dieese, dez sofreram apreciação em seus preços, sendo o tomate (17,32%), o feijão carioca (5,65%) e o leite in natura tipo C (4,57%) os principais destaques.

### **Cassel recebe Comitê de Planejamento de Organizações para Soberania Alimentar – Sitio Eletrônico do MDA – 06/09/2007**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu na tarde de quarta-feira (5) integrantes do Comitê Internacional de Planejamento de Organizações Sociais para Soberania Alimentar na América Latina e Caribe (CIP), em seu gabinete, em Brasília.

Na reunião, o representante dos trabalhadores agrícolas no Comitê, Alberto Broch, solicitou o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para realizar a 4ª Conferência do CIP para a América Latina e Caribe. O evento acontecerá de 14 a 18 de abril do próximo ano, na capital federal.

Cassel recebeu, ainda, um convite para realizar a abertura do encontro. Os organizadores pretendem reunir 100 representantes de agricultores familiares, trabalhadores rurais, indígenas, mulheres no campo e populações sem terra da América Latina e do Caribe.

O evento do CIP acontecerá simultaneamente à 30ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para a América Latina e Caribe, também em Brasília.

#### **Interesses da sociedade civil**

O objetivo da Conferência do CIP, explicou o seu representante, é repercutir no evento da FAO as propostas da sociedade civil para o desenvolvimento agrícola, a reforma agrária e a segurança alimentar na América Latina e no Caribe.

O ministro afirmou que tem interesse em apoiar a ação do CIP. Para isso, o assessor especial para assuntos internacionais do MDA, Laudemir André Müller, deve analisar as possibilidades de auxílio.

#### **Alimentos mantêm pressão e IPCA dobra em agosto - Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/09/2007**

Índice, que é referência para a meta de inflação, saltou de 0,24% em julho para 0,47% no mês de agosto

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dobrou em agosto, pressionada, mais uma vez, pelos alimentos. A taxa ficou em 0,47%, ante 0,24% em julho. Os produtos alimentícios aumentaram 1,39%, a maior variação mensal desde março de 2003, com forte influência do leite e de seus derivados.

A coordenadora de índices de preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos, acredita que a pressão dos alimentos poderá persistir, ainda que mais branda. O IPCA, que é referência para a meta de inflação do governo (4,5% em 2007), acumulou, de janeiro a agosto, alta de 2,8% e, em 12 meses, de 4,18%.

O aumento da taxa em agosto era esperado por economistas, que, no entanto, consideram que o índice está alto. “O IPCA veio dentro do esperado, mas está elevado”, observou o economista-chefe do Banco Schahin, Silvio Campos Neto. Ele acredita que os alimentos vão continuar pressionando a inflação nos próximos meses, mas com desaceleração nos reajustes.

Alguma redução no ritmo de alta dos alimentos também é esperada pela economista Basiliki Litvac, da MCM Consultores. Para ela, o IPCA de setembro ficará ao redor de 0,30%.

Os economistas da LCA Consultores, em relatório sobre o índice do IBGE, concordam com a perspectiva de reajustes menores para os alimentos, mas lentamente.

A boa notícia para os consumidores é que os reajustes dos alimentos estão sendo apuradas no atacado e o repasse para o varejo ocorre timidamente. Isso pode significar que

os varejistas estão absorvendo parte dos custos para manter as vendas e haverá “uma desaceleração gradual e irregular nos próximos meses”, segundo Eulina.

Ela informa ainda que a alta nos preços do leite e de seu derivados, que tem representado a maior pressão individual para o IPCA mensal desde maio, começou a desacelerar no fim de agosto e deverá prosseguir nessa trajetória nos próximos meses, mesmo que ainda permaneça algum resquício sobre as despesas das famílias.

**DESACELERANDO** - Em agosto, o item leite e derivados teve aumento de 5,77%, contribuindo com 0,13 ponto porcentual para a inflação. Em julho, o reajuste havia sido de 11,31%. Eulina lembrou que esses produtos têm sofrido influência da entressafra, aumento do consumo interno e mundial e quebra de safra em países produtores importantes. Em 2007, o leite pasteurizado já acumulou alta de 53,95%, contribuindo com 0,66 ponto porcentual para a inflação acumulada de janeiro a agosto.

Os produtos não alimentícios tiveram reajuste de 0,22% em agosto. As principais pressões de alta foram do telefone fixo (1,14%), conserto de automóvel (1,41%), empregados domésticos (0,69%), plano de saúde (0,56%), colégios (0,49%) e ônibus urbano (0,43%).

De outro lado, os combustíveis evitaram um aumento maior do índice no mês, já que o preço da gasolina teve deflação de 0,89% e o álcool apresentou queda de 3,76%.

**Alta nos preços dos alimentos afeta mais a população de baixa renda** - Jacqueline Farid  
– Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/09/2007

As famílias da camada de renda mais baixa da população estão sendo mais prejudicadas com a alta dos produtos alimentícios. A inflação apurada para os mais pobres, no acumulado de janeiro a agosto, superou a dos mais ricos em 2007, fato que não ocorria desde 2003.

O INPC, que mede a inflação para famílias com rendimento entre um e seis salários mínimos, subiu 0,59% em agosto e acumula em 2007 alta de 3,13%, enquanto o IPCA, que se refere às famílias com renda de um a 40 salários mínimos, registra inflação um pouco menor, de 0,47% no mês e 2,80% no ano.

A coordenadora de índices de preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos, observou que “os mais pobres estão sendo mais prejudicados e as evidências são de continuidade” da inflação maior para essa camada.

O argumento é o de que os itens que deverão ajudar a conter a inflação em setembro, como telefone fixo e combustíveis, têm peso menor no INPC do que no IPCA, enquanto os alimentos devem continuar mostrando elevação de preços, mesmo que em ritmo menos acelerado.

O reajuste nos preços dos produtos alimentícios no IPCA foi de 6,73% no ano até agosto, variação muito maior do que o aumento total de 1,23% ocorrido nesse grupo de produtos em todo o ano de 2006.

Eulina explicou que os alimentos foram bastante pressionados pela chuva no primeiro trimestre, mostraram estabilidade em abril e, já em maio, sofreram impacto dos aumentos do leite. “A inflação está muito concentrada nos alimentos e em agosto houve um espalhamento maior nesse grupo, enquanto os não alimentícios dão até uma certa ajuda para conter a taxa”, explicou Eulina.

### **Commodities agrícolas disparam e criam a 'agflação'** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/09/2007

ONU alerta para a pressão do encarecimento dos alimentos no mundo sobre os índices de inflação

O mundo vai ter de se habituar com a “agflação” (agflation), termo cunhado para designar a pressão cada vez maior gerada pelos alimentos e commodities agrícolas nos índices de inflação de vários países. Segundo um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), entre 2002 e 2006, preços de alimentos e commodities agrícolas sofreram em média elevação de quase 50%. A tendência, segundo a ONU, é de que a alta continuará “por alguns anos”.

Os efeitos estão sendo sentidos em praticamente todas as regiões do mundo, provocando protestos violentos. “Os efeitos podem ser dramáticos para os países em desenvolvimento que precisam importar alimentos”, destacou a ONU, em uma avaliação sobre as commodities agrícolas publicada ontem.

O impacto da alta de alimentos na Europa está sendo tão severo que alguns governos estudam medidas para restringir exportações. A Alemanha convocou uma reunião para a próxima semana para debate da medida entre seus ministros.

Os dados da ONU apontam para um incremento que assusta empresas que dependem dessas commodities para sua produção. Na Europa, produtores de frango apontam para o risco de elevação do preço do produto nos supermercados nas próximas semanas. Já empresas multinacionais, como a Nestlé e Kellogg's, não escondem que tiveram de repassar os preços aos consumidores.

Pelos cálculos das Nações Unidas, o açúcar teve alta de 114% entre 2002 e 2006; o arroz subiu 58%; o café, 100,5%; a soja, 26%; as carnes, 20%; a banana, 29%; e o trigo, 32%. Ainda assim, os valores reais estão abaixo dos preços dessas commodities nos anos 70. O problema, para os especialistas, é que o aumento não estava calculado nos custos de empresas e economias e os efeitos estão sendo sentidos em todos os mercados.

No Oriente Médio, por exemplo, a inflação, que era de 1,5% na região entre 2002 e 2005, passou a 4,8% nos primeiros seis meses de 2007 por causa dos preços dos alimentos. O temor é de que os valores subam ainda mais nas próximas semanas, com o início do Ramadã.

Na China, a carne de porco sofreu um aumento de até 50%; no Usbequistão, foram realizados protestos, depois de uma alta de quase 90% no preço do pão e da carne.

Investidores, no entanto, olham para o setor agrícola como uma oportunidade de lucros. O Deutsche Bank, por exemplo, criou um fundo de US\$ 1,6 bilhão para investir no setor. Segundo o estudo da ONU, no período de apenas um ano (2006) foi verificado aumento de 28% nos investimentos no setor. A especulação, de acordo com a análise, também aumentou.

“O boom nas commodities agrícolas vai continuar a beneficiar os produtores”, aponta as Nações Unidas.

Pelo menos dois fatores estão sendo apontados como a causa da alta. De acordo com o levantamento da ONU, um dos motivos é o incremento da demanda diante da maior renda de chineses e indianos. Outro fator que a ONU destaca é o uso de uma extensão cada vez maior de terras para a produção de commodities destinadas ao etanol. O caso mais crítico é dos EUA, que já prevêem para 2015 a utilização de mais de um terço de sua produção de milho para o combustível.

**Alimento faz inflação dobrar em agosto** – Pedro Soares e Diana Brito – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/09/2007

IPCA vai a 0,47%, ante 0,24% no mês anterior; alta de 1,39% dos produtos alimentícios é a maior desde março de 2003

Sozinhos, alimentos corresponderam a 62% do índice; especialistas vêem menos espaço para cortes adicionais nos juros

Pressionado pela alta dos alimentos, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de agosto subiu 0,47%, quase o dobro do resultado de julho -0,24%. Foi a maior marca desde dezembro de 2006 (0,48%), de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No acumulado em 12 meses encerrado em agosto, o índice avançou para 4,18% e se aproximou do centro da meta do governo para este ano (4,5%, com margem de dois pontos percentuais para mais ou menos). Nessa base de comparação, foi a mais alta taxa desde maio de 2006 (4,23%).



Em agosto, mais uma vez, os vilões foram os produtos alimentícios, repetindo a tendência dos últimos meses. O grupo alimentação registrou alta de 1,39% -em julho, havia subido 1,27%. Trata-se da maior variação desde março de 2003 (1,66%). Em apenas um mês, os alimentos subiram mais do que em todo o ano de 2006 (1,22%). Neste ano, já acumulam aumento de 6,73%. Sozinhos, os alimentos corresponderam a 62% do IPCA de agosto.

As principais pressões vieram de leite, soja, milho, trigo e seus derivados em razão dos elevados preços internacionais dessas commodities. As carnes, que sofrem com alta dos preços das rações, também contribuíram. Somente o leite teve um impacto de 0,13 ponto percentual no IPCA de agosto.

**Incógnita** - "Há uma incógnita quanto aos alimentos, cujos preços podem continuar a subir. Essa inflação [de agosto] é muito concentrada nos alimentos. Ela estava mais concentrada no leite, mas agora se espalhou entre os alimentos", afirma Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE.

Os alimentos já subiam com força em julho, mas naquele mês a queda da energia elétrica segurou a inflação. Sem esse efeito benéfico, diz Eulina, o IPCA acelerou em agosto. Só não foi mais alto graças às quedas da gasolina (-0,89%) e do álcool (-3,76%) Diante da disparada dos alimentos e da deterioração do cenário externo, especialistas acreditam que o Banco Central vá ter menos espaço para cortar juros nas duas últimas reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária) do ano e já projetam para 2008 uma inflação no centro da meta (4,5%).

Sem previsão de mudança, a expectativa é de apenas mais um recuo da taxa, de 0,25 ponto percentual. A alta da inflação e a crise internacional já fizeram o Copom reduzir o ritmo de queda da Selic -de 0,5 ponto para 0,25 ponto, para 11,25% ao ano, na reunião desta semana. Para Luiz Roberto Cunha, da PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), a taxa básica de juros se aproxima do seu piso -11% ao ano, considerando uma inflação anual de 4,5%.

Sem avanços na área fiscal, tributária e de infra-estrutura capazes de melhorar a competitividade do país, o economista não vê "muito mais margem" para reduzir os juros. Carlos Thadeu de Freitas Filho, do grupo de Conjuntura da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), avalia que mais uma redução da Selic "está assegurada", a menos que a situação dos mercados internacionais se agrave muito. Ele prevê uma inflação pouco acima de 4% neste ano. Já Cunha projeta um IPCA de 4,1% em 2007.

**Inflação dos mais pobres** -Como os alimentos pesam mais no orçamento das famílias de menor renda, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) teve uma alta maior em agosto: 0,59%. O índice pesquisa famílias com renda de um a oito salários mínimos -o IPCA abrange aquelas com renda de 1 a 40 mínimos. No INPC, os preços dos alimentos avançaram 1,52%. "Essa pressão dos alimentos prejudica em geral quem ganha menos. Afeta proporcionalmente mais as pessoas com renda mais baixa, pois o peso no orçamento é bem maior", afirma Eulina, do IBGE.

**Alta nos alimentos pode trazer tensão social, diz diretor da FAO** – Folha de São Paulo  
– Dinheiro – 07/09/2007

DA REDAÇÃO - O diretor-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), Jacques Diouf, afirmou que a alta nos preços dos alimentos pode trazer "tensão social" e "problemas políticos" para os países em desenvolvimento.

De acordo com o dirigente senegalês, a alta no preço de importação de alimentos básicos, como trigo, milho e leite, tem o "potencial de [provocar] tensões sociais, levar a reações sociais e até mesmo a problemas políticos". O trigo, por exemplo, atingiu a sua maior cotação histórica na Bolsa de Chicago na última quarta-feira. Nos últimos 12 meses, a alta do produto é de 103%.

"Se continuarmos a ver uma expansão nos preços dos alimentos e na importação de comida, aí está uma situação preocupante em potencial." Segundo ele, os alimentos representam entre 10% e 20% dos gastos dos consumidores nos países industrializados, mas chegam a 65% nas nações em desenvolvimento.

Diouf afirmou que os preços nos alimentos continuarão a subir nos próximos meses. Ele responsabiliza a continuidade da alta a uma série de fatores: o crescimento da indústria de biocombustíveis, secas e enchentes cada vez mais frequentes e a expansão da população mundial. "Essa combinação de fatores deve levar a um aumento dos preços dos alimentos."

Sobre o álcool, ele afirmou que, apesar de afetar o consumo de poucas culturas, como milho e cana-de-açúcar, ele provoca a queda na área de cultivo de outros produtos. Com produção menor, o preço desses alimentos também sobe.

"A indústria do biocombustível é um novo fator que está criando demanda por alimentos para uso não-alimentar." No mês passado, ele já havia pedido uma nova estratégia para os biocombustíveis. Com o "Financial Times"

**Especialistas dizem que alta pode continuar** – Folha de São Paulo – Dinheiro –  
07/09/2007

O que foi a "âncora verde" da inflação em 2005 e 2006 se converteu em preocupação para o BC neste ano: os preços dos alimentos sobem com força e a expectativa de especialistas é que o choque fique por um longo período.

Segundo o economista Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, a pressão é resultado da crescente demanda mundial por alimentos especialmente na China e na Índia, fruto da rápida urbanização e do aumento da renda.

"Aquela coisa fantástica da âncora verde que segurou a inflação em 2005 e 2006 não existe mais. Essa pressão dos alimentos veio para ficar."

O consumo também aumentou no país, lembra ele. "Graças a Deus, os pobres estão comendo mais no Brasil." Para Carlos Thadeu de Freitas, do Grupo de Conjuntura da UFRJ, o "choque dos alimentos" persiste por um período mais longo do que se imaginava, comprometendo a inflação de 2008, que deve ficar em 4,6%, acima do centro da meta do BC.

Alguns alimentos sobem no acumulado do ano seguindo as cotações internacionais e o aumento da demanda. É o caso do leite pasteurizado (53,95%), do frango (6,01%), das carnes (4,22%), e do pão francês (4,44%). Somente em agosto, as carnes subiram 2,98%.

"Nos meses iniciais do ano, as lavouras foram muito prejudicadas pela chuva, o que atingiu a qualidade dos grãos e diminuiu a oferta. Mais recentemente, a entressafra do leite levou à menor oferta. A demanda interna e externa [pelo produto] também está muito forte.

Isso pressionou a taxa dos alimentos em geral", disse Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE. Ela disse que os preços podem se manter pressionados nos próximos meses.

#### **As novidades do PPA - Ribamar Oliveira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/09/2007**

O Brasil talvez seja o campeão mundial de obras inacabadas. É provável que cada leitor conheça uma em seu município ou Estado. São projetos que receberam uma soma considerável de dinheiro público, mas, por alguma razão, foram paralisados. No ano passado, existiam 400 obras inconclusas no País, executadas com recursos federais, no valor de R\$ 3,5 bilhões, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU). Este ano, o governo deu três passos que ajudarão a mudar essa triste realidade.

O primeiro foi incluir no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) as obras já em andamento, de tal forma que elas possam ser concluídas ou estejam bastante adiantadas até o final do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Outro passo foi dado durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA) para 2008-2011, encaminhado ao Congresso Nacional na semana passada. Todos os ministros foram informados que só seriam incluídos no PPA os novos projetos que pudessem ter, até 2011, uma execução de, pelo menos, 60% do investimento total.

Essa regra representa uma mudança significativa na cultura orçamentária brasileira, que conviveu nas últimas décadas com a pulverização dos recursos disponíveis em numerosos projetos, muitos deles paralisados ao longo do tempo ou com uma execução que se arrasta a passo de tartaruga.

“A prática antiga era a de atender a muitos com um pouquinho de recursos. Mas, do ponto de vista da eficiência do gasto, é melhor definir o que realmente é prioritário e concentrar os recursos na execução dos projetos escolhidos”, observou o secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Afonso Oliveira de Almeida, em conversa com este colunista.

A fórmula usada era a seguinte: na elaboração da proposta orçamentária, cada Ministério procurava incluir o maior número de projetos possíveis, mesmo que, para cada um deles, destinasse uma parcela irrisória de recursos. Ao colocar uma pequena verba para uma determinada obra, o ministro abria “uma janela” no Orçamento, que ia sendo mantida no futuro, até que fosse encontrada uma fonte de financiamento para concluir o empreendimento.

Com essa prática, criou-se na administração pública federal uma indústria de obras que nunca se sabe quando irão acabar. Para se ter idéia do que isso significa o governo federal ainda está implantando alguns perímetros de irrigação no Nordeste que foram definidos na década de 1980.

O novo PPA muda essa cultura ao definir o percentual mínimo de execução de projetos novos. Por causa deste critério, dezenas de projetos foram retirados da proposta. A construção do canal de integração das bacias da vertente litorânea na Paraíba é um exemplo. O projeto é avaliado em R\$ 380 milhões, mas contava com verba de R\$ 100 mil em 2009, R\$ 150 mil em 2010 e 2 milhões em R\$ 2011. Ao final do PPA a obra teria menos de 1% de execução.

A construção do submarino nuclear é um projeto do Ministério da Marinha, com custo avaliado em R\$ 1,6 bilhão. Mas só contava com uma verba de R\$ 500 mil e foi retirado. A construção de um prédio da Polícia Federal, com investimento estimado de R\$ 200 milhões, contava apenas com R\$ 20 milhões no Orçamento. Ele foi mantido porque o Ministério da Justiça reavaliou suas prioridades e alocou mais recursos para o empreendimento. A “limpeza” dos projetos não significou perda de verba para os Ministérios, mas apenas a concentração dos recursos nas prioridades definidas por cada ministro.

O terceiro passo para a melhoria do gasto público foi a qualificação dos programas governamentais, que foram reduzidos de 355 para 306. Para isso, o governo promoveu uma mudança no modelo lógico utilizado no enfrentamento dos problemas. A prática usual da administração pública era criar um programa para cada problema identificado.

Com essa abordagem, passou a ser comum a existência de vários programas no governo para enfrentar problemas que estavam relacionados um com o outro. Cada Ministério ficava preocupado apenas com o aspecto do problema que lhe era mais próximo e tomava as medidas que julgava necessárias. Não havia coordenação das iniciativas, o que resultava em desperdício.

Com o PPA 2008-2011, o governo mudou a abordagem e, agora, procura identificar os problemas que estão inter-relacionados. O método utilizado é elaborar uma “árvore de

problemas”, ou seja, uma ampla avaliação de todas as causas da questão e as ações que devem ser desenvolvidas pela administração para resolver cada aspecto. Essas ações continuarão a ser feitas por ministérios distintos, mas um deles será o coordenador do programa. “Os ministérios terão ações vinculadas a um determinado programa definido para resolver o problema”, explicou Afonso Oliveira.

**O verdadeiro pai** - Um leitor informa que o verdadeiro pai da nova contabilidade do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), aprovada pelo Fórum Nacional de Previdência Social, é o deputado Roberto Magalhães (DEM-PE). Foi ele que apresentou na Câmara dos Deputados, ainda em 2004, um projeto de lei complementar que obriga o Tesouro Nacional a compensar o INSS pelas renúncias de receitas previdenciárias. O projeto continua tramitando na Câmara.

### **Recursos do PAA estão garantidos para o Maranhão – Sítio Eletrônico do MDS – 11/09/2007**

Em relação à notícia publicada pela imprensa do Maranhão sobre suspensão de verbas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o Estado do Maranhão, o MDS informa que os recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar estão garantidos. Em meados de março de 2007, mês em que se encerrava o Convênio 054/2003, firmado para operacionalização do PAA, este Ministério iniciou os trâmites para formalização de novo Convênio. No final de junho de 2007, o MDS finalizou o processo para que fosse iniciada a execução do PAA, tendo, inclusive, empenhado os recursos para este fim.

Entretanto, ocorreu uma reestruturação no Governo do Maranhão, modificando o órgão executor do PAA, que passou, inicialmente, para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento das Cidades e mais recentemente para a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP/MA. O MDS não só acatou a solicitação do governo do Estado do Maranhão como também o orientou para as medidas administrativas necessárias que devem ser tomadas. Só depois da atualização da documentação para a formalização do convênio, com a Agerp como executora do Programa, o MDS poderá reempenhar o recurso. Assim, não há comprometimento quanto à liberação de verba, apenas ajustes administrativos.

*Assessoria de Imprensa Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome*

**Alimentos pressionam e preços sobem em setembro** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/09/2007

DA FOLHA ONLINE -Os alimentos mais uma vez pressionaram e fizeram os preços subirem no início de setembro, segundo dois índices de inflação divulgados ontem. A categoria, porém, já começa a mostrar pressão menor.

O IPC (Índice de Preços ao Consumidor), da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP), apontou inflação de 0,1% na cidade de São Paulo na primeira prévia do mês. Já o IGP-M (Índice Geral de Preços -Mercado), calculado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e usado para contratos do mercado financeiro, apontou elevação de 0,8% nos preços -mais forte do que o aumento de 0,27% em igual prévia em agosto. Dentro do IGP-M, o IPA (Índice de Preços por Atacado) teve a maior alta (1,19%), ante a de 0,29% na prévia de agosto.

O IPC ficou pouco acima da taxa de 0,07% em que encerrou o mês de agosto. Alimentos tiveram alta de 1,42%. O índice, porém, registrou ligeira redução ante o apresentado no fim de agosto, quando teve alta de 1,46%.

**Altamira (PA) debate segurança alimentar com respeito à cultura e tradições regionais** – Sítio Eletrônico do MDS – 13/09/2007

Fortalecer as estratégias de combate à fome, com a garantia do direito humano à alimentação saudável em uma das áreas mais ricas em potencial natural do Brasil. Este é o objetivo do I Encontro Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Transamazônica e Xingu, que nesta sexta-feira (14/09) reúne, no município de Altamira (PA), cerca de 500 pessoas - representantes governamentais e comunidades locais. Entre elas, estará o coordenador-geral de Agricultura Urbana do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), João Augusto de Freitas.

Promovido pela Prefeitura da cidade, o evento terá como principais itens da pauta a formação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional nos 11 municípios da região Transamazônica e a criação de Redes de Serviços de Segurança Alimentar e Nutricional que permitam a integração entre poder público e população rural e urbana. Atualmente, apenas Altamira tem o seu próprio Consea.

Por ser o pólo centralizador do desenvolvimento regional, a cidade foi escolhida para sediar o evento também pela representatividade que tem entre as nações indígenas – cerca de 1.400 pessoas, divididas em nove etnias de 12 aldeias. Além disso, concentra a importância da diversidade culinária, consolidada a partir das tradições culturais do Norte do País. Poucos sabem, mas Altamira é ainda o maior município do Brasil e do mundo, em extensão territorial, com mais de 159.400 quilômetros quadrados, superando até mesmo países como a Grécia e o Nepal.

A solenidade de abertura I Encontro Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Transamazônica e Xingu será às 8h, no Centro de Convenções e Cursos de Altamira, seguida da palestra *Por um Desenvolvimento Sustentável com soberania e segurança alimentar*, proferida pelo representante do MDS, João Augusto de Freitas. Também

participam do encontro o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Chico Menezes, e o secretário municipal de Agricultura e Abastecimento (Semagri), Antônio Pocidônio Pinto Lessa.

À tarde, após o Ritual da Farinhada – que retrata, através da música, o processo de produção da farinha desde o cultivo da mandioca, estão previstas apresentações de grupos indígenas da Casa do Índio de Altamira. Haverá ainda um painel sobre a importância da Lei e dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e trabalhos em grupo destinados à discussão de estratégias de ação voltadas às cidades da Transamazônica e Xingu, bem como a criação da rede de serviços de segurança alimentar e nutricional para a região.

Durante o encontro, os participantes poderão ainda visitar estandes especiais, com exposição de projetos desenvolvidos a partir da produção de alimentos e uso sustentável da água. Haverá degustação de produtos, trazidos por comunidades rurais e urbanas. Toda a decoração foi desenvolvida com a utilização de artigos regionais, especialmente peixes nativos, expostos em aquários distribuídos pelo Centro de Convenções.

Para João Augusto Freitas, é fundamental que as regiões estimulem o debate em torno da questão alimentar e nutricional, respeitando as características locais e a realidade de cada população. “Minha expectativa é de contribuir com o modelo de desenvolvimento sustentável com soberania, baseado nas resoluções da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incorporando a diversidade dos povos e comunidades tradicionais nas políticas da área, garantindo assim o direito humano à alimentação saudável para todos em quantidade e qualidade suficientes”, comentou.

### **SERVICO**

***I Encontro Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Transamazônica e Xingu – Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – Altamira (PA)***

**Data:** 14 de setembro de 2007 (sexta-feira)

**Horário:** Abertura 8h

**Local:** Centro de Convenções de Altamira – Avenida Tancredo Neves - Anexo à Escola Polivalente

**Êxito do PAA ajuda a reduzir a fome e a desnutrição no Brasil, diz Patrus Ananias –**  
Sítio Eletrônico do MDS – 14/09/2007

*Atendendo a reivindicação do setor, ministro anuncia aumento de mais de R\$ 100 milhões no orçamento do programa que compra a produção de pequenos agricultores*

Destacando a importância do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) para o combate à fome e à desnutrição, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, reuniu-se nesta sexta-feira (14/09) com mais de 350 agricultores familiares e líderes comunitários em Barbacena (MG). Durante a segunda edição do Encontro Regional de Produtores da Agricultura Familiar, o ministro anunciou a ampliação de R\$ 400 milhões para R\$ 518 milhões no orçamento do PAA para o próximo ano. A medida atende reivindicações do setor.

Ao lado do ministro das Comunicações, Helio Costa, e de deputados, prefeitos e vereadores da região, Patrus Ananias destacou que o PAA é hoje prioridade do Governo

Federal por preservar os vínculos e valores comunitários e culturais. Segundo ele, o programa impede a migração do campo para as grandes cidades, como ocorreu nos anos 60 e 70. “O PAA veio para ficar pela receptividade que tem, pelos benefícios sociais e, principalmente, pela atenção que desperta nos movimentos da agricultura familiar e da reforma agrária”, afirmou o ministro Patrus. “Com a ajuda deste programa vamos conseguir combater a fome e a desnutrição no País de uma vez”, completou.

O ministro ainda recebeu um grupo de 50 agricultores, integrantes do PAA de Barbacena. Os produtores elogiaram o programa, reconhecendo sua importância para a manutenção da profissão e o sustento de suas famílias. Após o encontro, Patrus Ananias participou da entrega de produtos do PAA, em solenidade que comemorou a transferência do antigo local de distribuição dos alimentos para um galpão da Escola Agrotécnica Federal. O espaço foi cedido à Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Vertentes I, coordenadora regional do Programa. Em seguida, o ministro visitou a Pastoral da Criança de Barbacena e a Sociedade São Miguel Arcanjo, entidades que recebem alimentos comprados pelo MDS dos agricultores familiares.

**Balanco** – Desde que o PAA foi implantado em Barbacena, a quantidade de produtores familiares ligados ao programa passou de oito para 300 agricultores, assim como o número de entidades beneficiadas com as doações aumentou de 20 para mais de 60. Hoje, o município recebe mais de R\$ 1,1 milhão para adquirir a produção que atende Barbacena e outras 27 cidades, totalizando 20 mil pessoas beneficiárias, com uma média de 30 mil quilos de alimentos semanais. “O PAA está consolidado e apresenta resultados positivos em todo o País, a exemplo de Barbacena”, disse Patrus Ananias.

*Cíntia Nunes - Ascom/ MDS*

### **Seminário em São Paulo discute desperdício de alimentos e compromisso social – Sítio Eletrônico do MDS – 14/09/2007**

O Banco de Alimentos de Diadema (SP) é uma das 35 unidades que funcionam com apoio do MDS

Combater a fome, reduzir o desperdício de alimentos e estimular ações de responsabilidade social que despertem para o compromisso de doar a quem precisa. Estes são alguns dos pontos da pauta do I Seminário Técnico do Programa Banco de Alimentos, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a partir da próxima segunda-feira (17/09), na capital paulista. Cerca de 150 pessoas vão participar das atividades que começam às 18h deste primeiro dia do encontro. Representando o Ministério, estarão presentes o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Onaur Ruano, a coordenadora-geral da secretaria, Fátima Cassanti, e a coordenadora do programa Banco de Alimentos, Marilian Medeiros.

Na programação do evento, que prossegue até quinta-feira (20) e está sendo realizado pela primeira vez, estão previstas - para terça-feira (18) - apresentações de painéis sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan); articulação dos Bancos de Alimentos com doadores e receptores; e avaliação do programa e o seu papel na redução do desperdício de



alimentos. O tema das palestras será o desenvolvimento e implementação de tecnologias e procedimentos operacionais destinados a garantir o maior aproveitamento de produtos.

Na quarta-feira (19), três unidades de Bancos de Alimentos, localizadas nos municípios paulistas de Santo André, Embu das Artes e Osasco, serão visitadas. Posteriormente, haverá apresentação, pela equipe técnica do MDS, das técnicas de aplicação de indicadores de desempenho, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas nos Bancos. Ao final do dia, os sistemas descentralizados de segurança alimentar e nutricional – Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos – estarão em discussão, principalmente pela importância que representam como instrumentos de integração dos programas desenvolvidos pelo MDS.

A promoção de ações de educação alimentar e nutricional em Bancos de Alimentos é o último painel a ser apresentado, na quinta-feira (20), antes da parte técnica relativa à metodologia de implantação das unidades apoiadas com recursos do Governo Federal. A recomendação é de que cada uma delas esteja localizada em áreas próximas aos pólos de arrecadação de alimentos ou perto de bolsões de pobreza das cidades. Ainda durante o seminário, haverá espaço para a troca de experiências entre gestores de Bancos de Alimentos.

**Aproveitamento total** - Desde 2003, o MDS desenvolve o Programa Banco de Alimentos, cuja meta é estimular a implantação de unidades que contribuam com o abastecimento e a segurança alimentar, a partir da arrecadação de gêneros alimentícios, por meio de parcerias com unidades de vendas, armazenagem e processamento de produtos. As doações feitas ao Banco são de alimentos considerados fora do padrão de comercialização, ou seja, aqueles que, apesar de ainda serem apropriados para o consumo perderam valor de mercado, avaliado, por exemplo, pelo tamanho e grau de maturidade.

Antes de serem repassados às instituições conveniadas ao Banco, os produtos são selecionados, separados em porções, processados (ou não, dependendo da necessidade), embalados e só então entregues gratuitamente a cada uma delas, de acordo com a necessidade e número de pessoas beneficiadas. As doações destinam-se prioritariamente à complementação de refeições.

Segundo o diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, “sem doações os Bancos de Alimentos não funcionam”. Ele lembra que é fundamental que o mercado varejista esteja mobilizado para participar do programa porque representa uma das principais fontes dos alimentos que vão reforçar o cardápio de crianças, idosos, dependentes químicos e outros atendidos pelas entidades assistenciais. “Os Bancos de Alimentos, que vão receber os produtos, devem estar de acordo com as normas da Vigilância Sanitária, ter mão-de-obra capacitada e os equipamentos necessários”, ressalta.

Até setembro de 2007, dos 82 municípios conveniados com o MDS para implantar Bancos de Alimentos locais, 35 estão em funcionamento: Juazeiro, Lauro de Freitas e Paulo Afonso, na Bahia; Goiânia, Goiás; Araçuaí, Belo Horizonte, Contagem (Ceara Minas), Formiga, Ubá, Uberlândia, Varginha e Campo Grande, em Minas Gerais; Campina Grande, na Paraíba; Recife, em Pernambuco; Ponta Grossa e Umuarama, no Paraná; Niterói e Volta Redonda, no Rio de Janeiro; Caxias do Sul e Santa Maria, no Rio Grande do Sul; Chapecó e Mafra, em Santa Catarina; Araraquara, Campinas (Ceara Campinas), Diadema, Embu das Artes, Guarulhos, Hortolândia, Itaquaquecetuba, Osasco, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, São Carlos e São José do Rio Preto, em São Paulo.

O investimento do Governo Federal acumulado no período de 2003 a 2006, foi de R\$ 10,2 milhões. Na seleção pública aberta em 2007 pelo Ministério para apoio a novos

projetos de Bancos de Alimentos, foram escolhidos os municípios de Ipatinga (Mg), São Gonçalo (Rj), Blumenau e Joinville (Sc), Guarujá e Taboão da Serra (SP).

### **SERVICO**

***I Seminário Técnico do Programa Banco de Alimentos – Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)***

**Data:** 17 a 20 de setembro de 2007 (segunda a quinta)

**Local:** Hotel Shelton Inn Planalto – Av. Casper Libero, 115 – Centro - SP

**A conta da natureza** - Gustavo Paul, Patrícia Duarte e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 16/09/2007

Efeito do aquecimento global sobre inflação de alimentos preocupa analistas e governos

BRASÍLIA Nos últimos meses, autoridades, analistas, especialistas em clima e em agricultura, além de ambientalistas, começaram a detectar sinais de um ingrediente novo na economia: a influência mais freqüente das variações climáticas nos preços dos alimentos e, por tabela, na inflação mundial. Todos estão alertas para a intensidade com que enchentes e secas, que historicamente acontecem no mundo e alteram as safras, estão ocorrendo. O temor é que esses fenômenos já sejam conseqüência do aquecimento global, que deverá elevar a temperatura no planeta em um grau Celsius nos próximos dez anos, segundo os cientistas.

São vários — e preocupantes — os indícios que apontam nessa direção.

Na Austrália, uma seca recorrente há uma década reduz a produção de trigo. Na Argentina, chuvas em excesso inundaram os pastos e tiveram conseqüências para a produção de leite. No ano passado, o Paraná viveu o pior período de estiagem dos últimos 70 anos, e o Rio Grande do Sul teve, em 2004, a maior seca em seis décadas. E os meteorologistas identificam variações anormais nas durações dos fenômenos climáticos El Niño e La Niña, relacionados à temperatura do Oceano Pacífico, que têm impacto no clima de boa parte do planeta.

— Observamos que as temperaturas mínimas em vários pontos do globo subiram mais de um grau (Celsius) nos últimos anos, o que provoca com mais freqüência a ocorrência de fenômenos extremos. Posso creditar a redução da oferta de alimentos também a essa vulnerabilidade do clima — diz o pesquisador Eduardo Assad, chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária.

### **Trigo subiu 81,4% e a soja, 51,6%**

Não à toa, este ano já é considerado emblemático. Enquanto a inflação mundial não deve passar de 4%, os preços internacionais de algumas das principais commodities agrícolas quase dobraram. O trigo, por exemplo, subiu 81,4% em 12 meses. Reflexo da seca na Austrália, que reduziu a produção de 25 milhões para 9,9 milhões de toneladas. O impacto foi sentido em todo o globo, pois os estoques mundiais foram usados para suprir a demanda do produto, base para diversos outros, como pães e massas.

Os preços da soja e de seus derivados também vêm sendo puxados fortemente. No mercado externo, a soja em grão subiu 51,6%, comprometendo outras cadeias, com destaque para carnes (o grão serve de ração animal).

Recente estudo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), ligado às Nações Unidas, também alerta que, com a temperatura cada vez mais quente, a produção de grãos será gradativamente reduzida.

Diante desse cenário, os economistas começam a abrir os olhos para a possível influência do aumento da temperatura no planeta sobre os preços dos alimentos. O assunto, avaliam, terá de ser acompanhado de perto.

A preocupação central é com as maiores chances de quebras de safra.

Cotações se elevariam, gerando pressão inflacionária. Como resposta, governos poderiam subir juros para segurar a variação de preços, segurando o ritmo de expansão da economia mundial, com impacto no emprego e na renda globais. Sem falar no impacto direto da cesta básica no bolso dos cidadãos.

— Alterações no clima sempre aconteceram e vão acontecer. Sempre houve anos ruins e anos bons.

Agora, talvez tenhamos mais anos ruins do que bons — avalia o economistachefe para América Latina do WestLB, Ricardo Amorim.

Especialista da consultoria Tendências, Amaryllis Romano afirma que, apesar das pressões, ainda é cedo para falar em mudança permanente de patamar de preços: — A produção, de maneira geral, está voltando a crescer. Mas é preciso ficar atento.

Ainda não há estudos conclusivos sobre a relação entre aquecimento e mudanças de clima. Por isso, tentase evitar alarmismo.

— Não há consenso sobre isso na comunidade científica, mas esses sinais acabam acendendo uma luz amarela — diz Charles Müller, do Núcleo de Economia do Meio Ambiente da Universidade de Brasília.

— Estamos diante de um problema sério. Não sabemos se há relação direta com o aquecimento global, mas não podemos descartar a possibilidade — corrobora o agrônomo Leonardo Sologuren, sócio da consultoria Céleres.

A preocupação imediata reside na velha lei da oferta e da procura. A inflação mundial de alimentos, apelidada de “agflação” (agriculture inflation, em inglês), tem como principal causa o explosivo aumento do apetite mundial. Como a produção no mundo cresce em ritmo menor do que a demanda, o resultado é que os estoques de alimentos despencaram.

Para o milho, havia, em 2000, estoque suficiente para atender a 32% do consumo esperado, percentual que caiu para 13% este ano.

O trigo passou de 36% pra 19%. Com isso, cai a possibilidade de acomodação de preços em caso de escassez.

— O clima será cada vez mais um fator importante na formação de preços. Qualquer problema climático terá influência nos estoques, reduzindo mais a oferta, que já está pequena — reconhece o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

A preocupação em se estabelecer o real alcance do problema está se espalhando. No mês passado, começou a ser feito um estudo para determinar que conseqüências o processo de aquecimento global trará para a economia do país. Financiada pela Embaixada Britânica, será tocado pela Unicamp, ao lado do Banco Mundial e da Embrapa.

**Inflação nos alimentos - dá para acreditar?** - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Nacional – 19/09/2007

Cunhada em 2007, a expressão “agflation” refere-se ao aumento dos preços das commodities agrícolas observado a partir de 2006 e intensificado em 2007. O argumento central, defendido até por autoridades do governo brasileiro, diz que o aumento da demanda por alimentos e o uso cada vez maior de produtos agrícolas para a produção de biocombustíveis levarão a um aumento consistente nos preços. Assim, esse dois fatores teriam alterado uma regra que era aceita como irreversível: os preços dos produtos agrícolas tendem, historicamente, a apresentar quedas reais, ou seja, a subir menos que a inflação. Ganhos de produtividade na agricultura explicariam a capacidade do setor de continuar se expandindo mesmo que com quedas reais nos seus preços.

Afinal, o patamar de preços mudou? E a regra da queda real foi, finalmente, quebrada? As respostas são sim e não.

Não tenho dúvida de que houve uma mudança nos patamares de preços. As razões, no entanto, não são o crescimento da demanda, tampouco a competição alimentos-biocombustíveis. A razão central é o aumento dos custos, em especial dos fertilizantes, insumos mais sensíveis aos preços do petróleo e às cotações dos fretes internacionais.

De uma perspectiva mais ampla, os preços dos produtos agrícolas ainda crescem menos que a inflação. O índice de preços de alimentos calculado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) mostra que os preços nominais em dólares norte-americanos cresceram 19% de 1990 até 2006, enquanto o índice de preços no atacado dos EUA cresceu 42%. Encurtando o período para 1995 até 2006, a queda real é ainda mais intensa: 13% para os alimentos ante 32% para a inflação. A situação se inverte no período recente: de 2002 a 2006 os alimentos subiram 46% em relação a 26% de inflação, apresentando ganho real. Há alguma novidade nisso? Não.

Voltando alguns anos nos dados e procurando outros períodos de cinco anos, encontramos dois, entre 1985 e 2006. De 1985 a 1989, os preços dos alimentos tinham subido 51% ante 9% da inflação. Entre 1986 e 1992, a subida dos alimentos foi de 23% comparada aos mesmos 9% na inflação. Se em 20 anos encontramos dois períodos passados que replicam a situação corrente, é porque não estamos vivendo uma novidade. Aliada a essa repetição de comportamento, mais uma variável reforça o argumento de que a regra da queda real não foi quebrada: os preços dos alimentos variam sensivelmente mais que a inflação. Assim, o aumento real dos preços dos alimentos a que assistimos hoje será, mais cedo ou mais tarde, seguido por um processo de queda, que ajustará os preços a seus patamares normais. De 1985 até hoje, lembrando que 1985 já foi período de depressão de preços, observamos dois períodos de preços baixos - o último (1999 a 2003) teve duração de cinco anos, outro fato inédito.

Já que falei em patamar normal, volto ao argumento do início do texto. Os preços dos produtos agrícolas oscilam muito por conta do desequilíbrio constante entre oferta e demanda. Esse comportamento, já batizado de ciclotímico, complica o cálculo do patamar

normal. Assumindo que o patamar normal é a média dos preços mensais de 2000 até hoje (julho de 2007), identificamos uma situação que nos chama a atenção: para uma amostra de sete commodities (soja em grão, farelo de soja, óleo de soja, milho, açúcar bruto, algodão e arroz), os preços atuais estão mais altos que o patamar normal, situando-se no limite superior da oscilação normal dos preços (em palavras mais técnicas, no limite da média mais um desvio padrão).

Essa constatação me leva a concluir que o patamar normal dos preços agrícolas está em processo de mudança. A variável central que comprova esse argumento é o preço dos fertilizantes. Usando o mesmo período-base dos preços das commodities, observamos que os preços dos fertilizantes, sobretudo os nitrogenados, estão em franca elevação desde 2002. No caso dos EUA, grande produtor agrícola, onde há farta oferta de dados, o preço da uréia pago pelo produtor subiu 137% de 2002 a 2007. Fertilizantes à base de fosfato e potássio também não ficam atrás, com incremento de 89% e 71% no mesmo período.

No Brasil, a tendência é semelhante: o índice de preços para fertilizantes medido pela FGV aponta crescimento de 90% de 2002 até hoje, muito parecido com o observado nos EUA. Veja que o aumento dos preços dos fertilizantes foi o dobro dos 46% de crescimento no índice de preços de alimentos. Não é preciso ir muito longe para inferir que o aumento no combustível seguiu tendência semelhante. No caso de um produtor de leite, gado de corte, frango e porco, embora os fertilizantes tendam a pesar menos na conta do custo, o crescimento do preço das rações faz o contraponto.

Dado que estamos assistindo a um aumento mundial nos custos, um ajuste no patamar normal certamente vai ocorrer. Embora a alta observada hoje, com algumas exceções, como açúcar e café, mantenha esse patamar escondido, um ajuste futuro nos preços vai mostrar que dificilmente os baixíssimos preços verificados no período de 1999 a 2003 voltarão a se repetir. Isso significa que a pior depressão de preços que possa ocorrer no futuro não será tão acentuada quanto a anterior, porque o custo marginal do melhor competidor é hoje sensivelmente mais alto.

Essa conclusão, no entanto, não pode ser interpretada como a redenção dos produtores contra os consumidores. Os alimentos continuarão a apresentar queda real no longo prazo e ganhos de produtividade continuarão a ser a chave para afastar o argumento de que alimento e biocombustível são competidores. Os elevados preços atuais já estão estimulando os países produtores a incrementar a oferta. A diferença é que, hoje, EUA e União Européia têm um papel menos relevante na produção, que vai sendo transferida paulatinamente para os países em desenvolvimento.

**André Meloni Nassar é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações - Internacionais (Icône). E-mail: [amnassar@iconebrasil.org.br](mailto:amnassar@iconebrasil.org.br)**

## **Assentamento rural conquista mercado com diversidade de produção – Sítio Eletrônico do MDA – 19/09/2007**

A produção diversificada e de qualidade tem se revelado como um caminho próspero para 145 famílias beneficiárias da reforma agrária no assentamento Ipanema, em Iperó (SP). Os produtos do assentamento são bem aceitos no mercado regional e também têm freguesia na capital. Um dos segredos do sucesso na produção é o manejo com adubação verde, irrigação, poda e limpeza.

Com o trabalho familiar e organizado, a comunidade escoia semanalmente cerca de 15 mil quilos de alimentos: 10 toneladas são vendidas para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio do Programa de Compra Direta da Agricultura Familiar, e cinco toneladas são negociadas diretamente com os consumidores nas feiras livres da região, com a Ceagesp de Sorocaba e o Centro de Abastecimento de Votorantim (Ceavo).

Um mutirão familiar cumpre, com satisfação, a tarefa vespertina às segundas-feiras: colher o fruto do trabalho, literalmente. Waldomiro Nunes de Lima envolve todos os membros da família na atividade produtiva. Os estudos e as novas tecnologias não afastaram os quatro filhos do lote conquistado pela reforma agrária, que optaram por continuar atuantes na agricultura familiar.

Toda terça bem cedo partem cinco toneladas para Guarulhos para abastecer dois restaurantes populares, 60 entidades sociais cadastradas no Banco de Alimentos do município e um restaurante-escola. Pela Cooperativa Agropecuária Filadélfia (Coagrofil), são outras cinco toneladas que alimentam pessoas atendidas pela assistência social de Boituva e entidades beneficentes da região. As duas transações são feitas pelo Programa de Compra Direta. Por este programa, mais de cem assentados têm garantida a comercialização seus produtos a preços melhores do que os praticados pelo mercado.

“É difícil para o produtor fazer um planejamento, a Compra Direta ajuda nisso. Você sabe que vai ser remunerado”, afirma o assentado Donizete Ferreira. Para superar o desafio da agricultura familiar, o assentado aposta no planejamento e no conhecimento adquirido informalmente. Acompanha diariamente reportagens e fica atento aos boletins técnicos publicados pelos órgãos de agricultura e participa dos dias de campo dentro e fora do assentamento.

Já para o assentado Carlos Aparecido Dellai, o segredo do comércio na agricultura está na diversidade. “É essencial para se ter um retorno melhor. Você planta menos quantidade para ter diversidade, qualidade, constância. Com uma boa classificação do produto, consegue atrair freguesia durante todo ano”. Sem rodeios, o agricultor faz rápidos cálculos de seus negócios no mês de agosto: R\$ 2.391 da venda de garrotes, abobrinha e abóbora paulista.

A produção para consumo próprio também é contabilizada. Segundo levantamento feito pela Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), a produção representa uma economia familiar de cerca de R\$ 345 por pessoa/ano.

### **Novos investimentos na produção**

A produção leiteira em grande escala é o mais novo empreendimento do assentamento. O rebanho bovino produz, aproximadamente, 1,5 mil litros por semana. No primeiro semestre deste ano, um grupo de assentados adquiriu coletivamente um tanque de resfriamento de leite com capacidade para armazenar mil litros, o que facilitou a comercialização e incentivou a busca de investimentos para aumentar a produção leiteira

em outros lotes. A presença de outros animais é minoritária, mas faz a diferença na alimentação diária das famílias agricultoras, que sempre têm à mão aves, suínos e caprinos.

### **Iniciação agroecológica**

Existe uma consciência crescente no assentamento em desenvolver atividades compatíveis com a zona de amortecimento da unidade de conservação e com a agricultura agroecológica/agroflorestal, o pastoreio rotacionado, o silvopastoreio e a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP).

A produção da goiaba, por exemplo, bastante comum nos lotes do assentamento, segue um rito que demonstra esta preocupação: os frutos são empacotados um a um, como medida que dispensa o agrotóxico e ajuda na prevenção de doenças. “Sai mais caro e dá mais trabalho, mas preserva a saúde do consumidor”, diz o assentado Delmiro Lourenço da Silva. A irrigação e a adubação verde colaboram para que as frutas sejam vistosas e muito saborosas. Duas ou três unidades chegam a pesar um quilo.

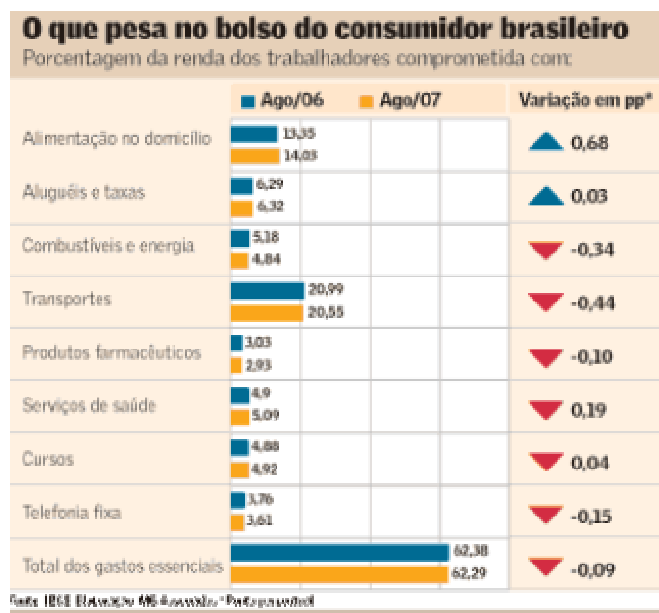
No lote de Elídio Venâncio, verduras e legumes crescem junto com a floresta. A mata ciliar do assentamento está sendo reconstituída por ação dos assentados em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. A empreitada ecológica durou cerca de um ano e meio: 60 mil árvores nativas foram plantadas. A restauração nos 20 hectares de APP foi concluída em 2006.

### **Poder de compra se mantém, apesar de alimento mais caro - Raquel Salgado – Valor Econômico – Brasil - 21/09/2007**

A forte alta dos preços dos alimentos pesou no bolso no consumidor brasileiro, mas não diminuiu seu poder de compra. A redução dos gastos com transporte, energia e combustíveis foi capaz de aplacar o aumento dos alimentos. Com isso, a renda disponível para gastos não-essenciais - e que pode ser comprometida na aquisição de bens duráveis, vestuário, calçados etc - ficou estável em relação ao ano passado.

Em agosto deste ano, o peso dos alimentos na cesta de compras ficou em 14%, acima dos 13,35% do ano passado. Já o gasto com transportes, que tem o maior peso, caiu de 21% para 20,5%. Movimento semelhante foi verificado nas tarifas de energia elétrica e combustíveis que antes, juntos, representavam 5,18% do consumo e passaram a ter um peso de 4,84%. Os cálculos se baseiam na estrutura de ponderação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com isso, a chamada renda disponível, que é aquela que sobra depois dos gastos com aluguéis, comida, tarifa e transportes, manteve-se no patamar de 37,7%. O crescimento marginal deste rendimento, no entanto, continua ocorrendo, mas em menor magnitude do que no ano passado. Pelos cálculos de Sergio Vale, da MB Associados, nos 12 meses terminados em julho deste ano (último dado disponível), a alta da renda disponível estava em 5,4%. Em julho do ano passado, na mesma comparação, a elevação era de 6,6%. Já a renda total sofreu desaceleração menor: crescia a um ritmo de 5,7% em 2006 e agora está em 5,4%.



Embora o emprego continue crescendo e a qualidade das vagas abertas tenha melhorado, o menor aumento do salário mínimo e os níveis mais altos de inflação não permitiram o mesmo incremento na renda do que o visto no ano passado. O aumento real (acima da inflação) do mínimo em 2006 foi de 13%, enquanto neste ano a alta ficou em 5,3%. Ao mesmo tempo, entre janeiro e agosto do ano passado a inflação medida pelo IPCA acumulou alta de 1,78% e, neste ano, a variação já está em 2,8%.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE mostram que o incremento na remuneração média do trabalhador ainda ocorre, mas tem perdido bastante fôlego. Em agosto, o rendimento médio cresceu 1,2% na comparação com igual mês de 2006. Em julho, a alta havia sido de 2,5%, em junho de 2,7%, e em maio, 3,92%. Em relação a julho, o recuo foi de 0,5% e o rendimento passou a valer R\$ 1.109,40. O recuo na renda, na comparação com igual mês do ano anterior, começou em abril. "Foi mais forte nos últimos meses por conta da explosão de preços dos alimentos", diz Bráulio Borges, da LCA Consultores. Só no acumulado dos meses de junho a e agosto, os preços de alimentos e bebidas subiram 5%, enquanto o IPCA avançou 1%.

"O peso dos alimentos aumentou, mas a tendência é que daqui para frente este movimento se reverta, pelo menos em parte", espera Otávio Aidar, economista da Rosenberg & Associados. Com os preços agrícolas em alta, o que se vê no setor é um incentivo maior ao plantio de diversas culturas e ganhos de produtividade. "Já há muita gente produzindo mais leite e plantando mais grãos, como soja, além da cana", comenta Aidar.

Sergio Vale, da MB Associados, acredita que a preocupação maior não deve recair sobre alimentos, mas sim sobre os bens que não fazem parte dos gastos essenciais, como alguns serviços e produtos semiduráveis.

Vale alerta que as empresas têxteis, do vestuário e de calçados têm investido muito pouco nos últimos anos, porque o câmbio valorizado dificultou as exportações. Ao mesmo tempo, a utilização da capacidade instalada desses setores cresceu muito. "Se as importações fossem suficientes para suportar o aumento de demanda, não veríamos um aumento tão significativo da utilização da capacidade."



O crescimento mais tímido do rendimento e uma inflação mais pressionada tendem a reduzir o ímpeto da demanda, segundo Borges, da LCA Consultores. Ela acredita que este movimento não significa retração e que será visto com bons olhos pelo Banco Central. "Ele está muito preocupado com a evolução da atividade doméstica, por isso é bom que a demanda dê uma arrefecida agora." Por causa da forte alta dos preços de alimentos, a LCA revisou para baixo sua projeção para o consumo das famílias. A expectativa de 2007, que era de alta de 5,8%, foi para 5,5%. A de 2008 caiu de 5,1% para 4,6%.

**Alta de alimentos perde fôlego, e inflação recua** – Clarice Spitz – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/09/2007

**Leite e carne sobem menos, e IPCA-15 se desacelera de 0,42% para 0,29% em setembro**

**Varição de alimentos, que havia sido de 1,61% em agosto, recua para 0,87%; para economista, pressão tende a diminuir mais**

Com a perda de força dos preços de alimentos, o IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15) subiu 0,29% em setembro. No mês passado, o índice se acelerou acima das projeções (0,42%) e trouxe dúvidas sobre a continuidade da trajetória de corte dos juros.

Analistas ouvidos pela Folha Online previam alta de 0,30% a 0,45%. No ano, o índice acumula crescimento de 3,15%, e, nos últimos 12 meses, de 4,20%. O IPCA-15 tem a mesma metodologia do IPCA -referência para a meta de inflação do governo, neste ano em 4,5%-, mas com dadas diferentes de coleta.

Segundo o IBGE, que divulga o índice, o comportamento da inflação pode ser explicado pela perda de fôlego do grupo Alimentos, que passou de alta de 1,61%, em agosto, para 0,87%.

O ritmo de alta de itens da cesta do consumidor como leite e derivados, carnes e pão francês se desacelerou em setembro. Enquanto em agosto a alta havia sido de 10,62%, em setembro ficou em 1,98%. O preço do leite pasteurizado, que em agosto atingiu 13,91%, variou 0,21% em setembro. As carnes passaram de alta de 4,21% para 1,46%, e o pão francês, de 1,86% para 0,64%.

Por outro lado, o preço do feijão-preto passou de 3,64% para 4,76%, e o feijão carioca, de 2,77% para 5,25%. Os preços do arroz subiram 3,23% em setembro, ante queda de 0,15% em agosto. O óleo de soja se acelerou, de 1,61% para 3,74%. "A inflação está sob controle. Ainda estamos sentindo o impacto dos alimentos, principalmente da parte dos grãos, mas a idéia é que até o fim do ano essa pressão comece a diminuir. A sensação é de alívio", diz Maria Andréia Parente, economista da Ipea (Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada).

Segundo Parente, os alimentos podem estar passando por uma recomposição de preços, já que, em 2006, foram o principal aliado para conter a inflação. "A princípio, não é uma trajetória crescente de preços."

As maiores quedas vieram dos combustíveis: gasolina (de -0,70% para -0,86%), álcool (de -5,65% para -2,08%) e da telefonia fixa (de 1,02% para -0,92%). No caso do telefone fixo, a queda foi consequência da redução do valor da conta média nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza e Salvador, influenciada pela mudança da cobrança de pulso para minutos.

O economista da CNC (Confederação Nacional do Comércio) Carlos Thadeu de Freitas vê espaço para continuidade da queda de juros -hoje, em 11,25%. Ele cita a desaceleração dos preços agrícolas no atacado captados pelos IGPs, a acomodação da produção industrial e a decisão do Fed (BC dos EUA) de cortar os juros. "Não há motivo até onde a vista enxerga para preocupações. O Banco Central pode continuar cortando em 0,25 ponto e pode fazer um ata menos preocupante", afirmou.

#### **Missão colombiana conhece projetos de Segurança Alimentar do MDS – Sítio Eletrônico do MDS – 24/09/2007**

Foi realizado na tarde desta segunda-feira (24/09) o primeiro compromisso da agenda da delegação colombiana no Brasil, que fica no País até domingo (30/09). Os representantes estrangeiros - Uriel León Vargas, coordenador do Projeto de Alimentação da Fundação Antônio Restrepo Barco, e a assessora de governo do Atlântico, Olga Sanabria Amín - participaram da apresentação dos programas coordenados pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destinados à implantação de estratégias de combate à fome e apoio a populações em risco alimentar, a partir do estímulo a projetos de inclusão social e geração de renda.

Coordenada pelos diretores Crispim Moreira -, representando o secretário nacional Onaur Ruano -, Marco Aurélio Loureiro e Letícia Sant`Anna, a palestra teve como objetivo mostrar como está sendo construída a política pública de segurança alimentar e nutricional do Governo Federal - consolidada a partir de setembro de 2006, com a sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) – e explicar a dinâmica de investimentos e apoio a projetos pelo MDS. “Hoje, o combate à fome é uma prioridade do governo brasileiro”, destacou o Crispim Moreira, responsável pelo departamento que gerencia os programas Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias e Agricultura Urbana.

Para os visitantes colombianos, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), modalidade Leite, despertou bastante interesse porque beneficia as duas pontas: o produtor familiar e também famílias. “Em Atlântico, temos uma pecuária forte porém representada por grandes produtores”, comentou Olga Amín, comparando à realidade brasileira, onde 29 mil agricultores são familiares. O programa do MDS está em 1.254 municípios de 10 estados do Brasil, beneficiando 700 mil famílias

atendidas pelo leite entregue gratuitamente todos os dias. Só em 2007, o MDS vai investir 183 milhões na aquisição do produto.

Uma das questões destacadas por Olga foi a importância da articulação para o sucesso de ações voltadas ao combate à fome. “Esse é um dos aspectos que precisa ser fortalecido no departamento”, ressalta. Atlântico é composto por 23 municípios e todos têm autonomia municipal e estadual. Quanto aos recursos para investimento no setor, a assessora explicou que as verbas vêm de organismos internacionais.

“Na nossa região, as comunidades campesinas precisam voltar para as atividades rurais de cultivo, porque, com o tempo, perderam essa tradição”, contou o coordenador do Projeto de Alimentação, Uriel León. “Os produtores se habituaram a comprar e não mais a plantar, porque além de não ter terra ainda têm dificuldades de acesso à água”, explicou.

O interesse pelas ações de segurança alimentar desenvolvidas pelo governo brasileiro começou a partir do Projeto de Alimentação da Fundação Antônio Restrepo Barco, iniciado em fevereiro e cuja primeira fase termina em novembro. No programa, 3.800 famílias e 1.100 estudantes recebem capacitação e sementes para cultivo, como forma de incentivo ao resgate da cultura agrícola.

A meta é beneficiar 5 milhões famílias. Dados do governo local apontam que dos quatro milhões de habitantes, dois milhões vivem na capital Barranquilla, e o restante na zona rural. Cerca de 70% da população estão em situação de vulnerabilidade e 25% vivem na pobreza absoluta.

**Programação intensa** – Nesta terça-feira (25/09), a delegação colombiana participa de compromisso no Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela manhã, e à tarde da apresentação sobre a estratégia Fome Zero, com a assessora Bianca Lazarini. Na quarta-feira (26/09) eles seguem para Belo Horizonte (MG), onde estão previstas visitas aos programas e equipamentos de segurança alimentar e nutricional, como o Restaurante Popular da capital. A última fase do encontro no País inclui programação com a coordenadoria do Fome Zero em Campina Grande (Paraíba), onde serão conhecidos exemplos do Programa Cisternas, PAA e dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads).

A Fundação Restrepo Barco, que coordena o Projeto Alimentação, é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, com status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, dedicada à promoção dos direitos fundamentais da população e ao desenvolvimento social do país, especialmente no que diz respeito a infância, juventude, família, saúde, educação, participação social, inclusão de populações em situação de vulnerabilidade e carência de recursos.

**Preço de alimento recua e IPC-S desacelera alta** – Valor Econômico – Brasil -  
25/09/2007

O recuo nos preços dos alimentos fez com que o Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) registrasse desaceleração no período encerrado no dia 22, para 0,25%, diante de alta de 0,32% da semana anterior. Foi a menor taxa desde a quarta semana de novembro de 2006, quando houve alta de 0,24%, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O grupo alimentação foi a classe de despesa que registrou o maior recuo em sua taxa de variação, passando de 0,46% para 0,22%. Dos 21 itens componentes do subgrupo gêneros alimentícios, 16 recuaram, com destaque para hortaliças e legumes (-1,87% para -3,25%).

Os grupos saúde e cuidados pessoais (0,28% para 0,17%), transportes (-0,32% para -0,37%) e habitação (0,50% para 0,47%) também recuaram. Os destaques foram os itens artigos de higiene e cuidado pessoal (0,39% para 0,01%), gasolina (-0,47% para -0,76%) e tarifa de telefone residencial (0,57% para 0,20%), respectivamente.

Já os grupos vestuário (0,46% para 0,79%) e educação, leitura e recreação (0,26% para 0,31%) tiveram alta, com destaque para roupas (0,36% para 0,71%) e calçados (1,04% para 1,22%).

**Brasileiros consomem poucos nutrientes básicos, revela estudo** - Ricardo Westin – Estado de São Paulo – Vida & - 26/09/2007

Pesquisa nacional mostra que 99% da população com mais de 40 anos ingere baixa quantidade de vitaminas essenciais

O prato de comida dos brasileiros contém pouquíssimos nutrientes. Segundo uma pesquisa realizada em todo o País e divulgada ontem, 99% da população consome certas vitaminas essenciais em quantidade insuficiente. É o caso das vitaminas D e E, encontradas naturalmente nos alimentos. A ausência desses dois nutrientes provoca problemas graves, como osteoporose, doenças cardiovasculares, diabete e câncer.

O cálcio, essencial para os ossos, não está presente nas quantidades necessárias na alimentação de 90% dos brasileiros. A lista dos nutrientes em falta continua com a vitamina K (81%), a vitamina C (80%), o magnésio (80%) e a vitamina A (50%).

O estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e envolveu 2.420 pessoas com mais de 40 anos de todas as regiões do País e todas as classes sociais. Elas tiveram de dizer o que haviam comido nas 24 horas anteriores. “Foi uma fotografia do prato do brasileiro”, diz o médico reumatologista da Unifesp Marcelo Pinheiro, um dos líderes do estudo.

A pesquisa foi patrocinada pelo laboratório farmacêutico Wyeth, que produz suplementos de vitaminas e remédios para osteoporose. Os pesquisadores fizeram questão de esclarecer que a multinacional não teve interferência na elaboração do estudo nem na execução.

**MICRONUTRIENTES** - O consumo de nutrientes no Brasil não chega nem perto do sugerido internacionalmente. Recomenda-se, por exemplo, que um adulto consuma 1,2 mil miligramas de cálcio por dia. No País, o índice médio não passa dos 400 miligramas.

No caso da vitamina D, o recomendado são 10 microgramas diários. Na maior parte do País, o consumo não passa de 1,9 micrograma. A exceção é a população do Norte - queingere 2,3 microgramas -, possivelmente porque o peixe e a castanha fazem parte do cardápio regional. Como é calculado em miligramas e microgramas, esse tipo de nutriente é conhecido como micronutriente.

“É o que chamamos de fome oculta. O indivíduo tem uma carência de vitaminas, mas não percebe. Isso provoca um controle metabólico enorme”, diz Andréa Ramalho, pesquisadora e professora de Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e consultora do Ministério da Saúde.

Embora o estudo da USP e da Unifesp não tenha elencado quais são os alimentos mais comuns no prato do brasileiro, um dos grandes problemas é a quase ausência de frutas, verduras e legumes, importantes fontes de micronutrientes. “Muitas vezes as pessoas têm consciência de que precisam mudar seus hábitos alimentares, mas não sabem como”, afirma João César Castro, endocrinologista e nutrólogo da Unifesp, que não participou da pesquisa.

“Quando comem salada, é uma salada de alface e tomate. Não dá para ficar só nisso. O prato precisa ser variado”, acrescenta a nutricionista Patrícia Genaro, da USP, uma das pesquisadoras do estudo divulgado ontem.

**NOVOS COSTUMES** - A professora Vera Ferreira Martins, de 57 anos, fazia parte da maioria. Até pouco tempo atrás, seu café da manhã se resumia a um café e um pão francês com manteiga. Matava com biscoitos a fome que aparecia antes do almoço. “Eu sentia que não comia direito”, lembra.

Sem saber exatamente o que mudar, no final do ano passado decidiu procurar a ajuda de um endocrinologista. A primeira constatação do médico foi que ela tinha tendência à osteoporose. Orientação: acrescentar cálcio à dieta. Vera agora toma um iogurte, um copo de leite desnatado e come queijo no café da manhã. Além disso, passou a incluir cereais e frutas no cardápio matinal. O almoço e o jantar foram alterados. No lugar dos biscoitos, os lanches entre as refeições são invariavelmente frutas.

“Agora me sinto mais leve. Emagreci uns 5 quilos”, afirma ela. “Mas muito de vez em quando saio com a família para comer uma pizza. Ninguém é de ferro, não é verdade?”

### **Dicas**

**Frutas e verduras:** É preciso comer, no mínimo, quatro porções diárias de frutas, verduras e legumes, com a maior variedade possível desses alimentos

**Leite e derivados:** Para proteger os ossos, a necessidade diária de cálcio pode ser suprida com 6 copos de leite ou com misturas da bebida, de queijo e de iogurte equivalentes a essa quantidade. O leite não deve ser consumido durante o almoço e o jantar porque atrapalha a absorção de vitaminas e minerais pelo organismo

**Pães:** Carboidratos complexos (que vêm de grãos integrais, como o pão de centeio, a aveia e a granola) devem ser consumidos antes de momentos de maior atividade no dia, para obtenção de energia

**Carboidratos:** Antes de dormir e quando há menos atividades, não se devem consumir carboidratos, mas preferencialmente proteínas de vegetais, peixes e azeites

**Cálcio:** 90% das pessoas entrevistadas na pesquisa da USP e da Unifesp consomem pouco desse micronutriente, presente no leite e em seus derivados. Sua falta pode levar a problemas nos ossos, como osteopenia (baixa densidade mineral dos ossos, precursora da osteoporose) e osteoporose

**Vitamina A:** 50% dos entrevistados disseram consumir pouco dessa vitamina, encontrada no bife de fígado, no leite e em seus derivados, na gema de ovo, nos vegetais escuros, na cenoura, na manga e no mamão. A ausência da vitamina pode levar a problemas na visão e do sistema imunológico e à formação de tecido gorduroso no corpo

**Vitamina C:** 80% consomem pouco, o que pode levar a problemas no sistema imunológico. Está presente nas frutas em geral, no tomate e na couve-flor

**Vitamina D:** 99% consomem quantidades insuficientes, podendo sofrer de problemas nos ossos. A vitamina pode ser adquirida com o banho de sol e a ingestão de peixes, leite e derivados

**Vitamina E:** 99% disseram ingerir pouco. Está presente em cereais, nozes e amêndoas e previne doenças cardiovasculares, diabete e câncer

**Magnésio:** É pouco consumido por 80% dos entrevistados. Está em legumes, cereais integrais e grãos. Evita problemas cardiovasculares

**Vitamina K:** É pouco consumida por 81%. Previne problemas na coagulação e nos ossos e é encontrada em vegetais folhosos

## **Confiança do consumidor é abalada pela comida cara** - Alessandra Saraiva – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/09/2007

A inflação dos alimentos acabou com o bom humor do consumidor brasileiro em setembro. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) caiu 0,3% no mês ante agosto - no mês passado, o índice havia subido 1% em relação a julho. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que anunciou ontem o indicador, a queda de confiança foi maior entre as famílias de menor poder aquisitivo, em cujo orçamento os alimentos têm maior peso.

Ainda segundo a FGV, os consumidores mais pobres também estão preocupados com alguns sinais de piora no mercado de trabalho. Para cálculo do índice, foram pesquisados, entre 31 de agosto e 20 de setembro, mais de 2 mil domicílios, em sete capitais. Segundo o coordenador de sondagens conjunturais do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), Aloisio Campelo, a disparada dos preços dos alimentos derrubou as avaliações dos entrevistados sobre o cenário atual.

O ICC é dividido em dois indicadores: o Índice de Situação Atual, que caiu 4,4% em setembro (em agosto subiu 1,3%), e o Índice de Expectativas, que subiu 2% este mês, ante alta de 0,8% em agosto. Segundo o economista, mesmo com o bom resultado nas respostas sobre as expectativas, a queda do indicador foi muito intensa, e acabou conduzindo a uma taxa negativa no ICC. Uma queda de apenas 0,3% é considerada estabilidade pela fundação, disse Campelo. Mas o Índice de Situação Atual poderia ter sido melhor, não fosse a disparada dos preços dos alimentos no varejo.

**DIA DA CRIANÇA** - Nas compras para o Dia da Criança deste ano, a maioria dos consumidores pretende gastar o mesmo valor gasto em 2006. É o que revela levantamento especial da FGV, que usou como base consumidores entrevistados para o cálculo do ICC. Segundo a fundação, 67,5% dos pesquisados pretendem gastar o mesmo valor gasto no ano passado. E a maioria dos pesquisados (41,1%) pretende gastar entre R\$ 21 e R\$ 50 no presente deste ano.

## **A fome invisível** – O Globo – Ciência – 26/09/2007

A desnutrição deixou de ser um problema majoritário no país, mas o brasileiro sofre de um outro tipo de fome, tão grave quanto, na maior parte dos casos, invisível: a carência de vitaminas e sais minerais. O maior estudo epidemiológico já realizado no Brasil sobre hábitos alimentares revelou que até 90% da população ingerem uma quantidade muito abaixo da recomendada dessas substâncias. Isso ocorre mais por questões culturais do que socioeconômicas e tem impacto sobre a saúde da população.

— Achava-se que a deficiência de vitaminas e minerais estava diretamente associada à pobreza. Hoje se vê que não é bem assim. Há muitos casos inclusive entre obesos — afirma a nutricionista da UFRJ e consultora do Ministério da Saúde Andrea Ramalho, que comentou a pesquisa.

— A fome oculta é o problema nutricional mais prevalente do mundo hoje, acometendo uma entre quatro pessoas, segundo dados do Banco Mundial.

Feito por cientistas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em parceria com especialistas da Faculdade de Saúde Pública da USP, o estudo foi financiado pela Wyeth Consumer Healthcare. Segundo os coordenadores da pesquisa, trata-se do mais completo estudo sobre alimentação no Brasil, envolvendo 2.240 pessoas em 150 municípios de todas as regiões.

Foram entrevistadas pessoas de todas as classes sociais sobre seus hábitos alimentares.

### **Deficiência de vitamina D em 99%**

A partir do cardápio básico revelado pelos entrevistados, os especialistas inferiram a ingestão dos nutrientes. Os números impressionam. A ingestão de vitamina D é quase seis vezes abaixo do recomendado internacionalmente (10 mcg até 70 anos e 15 mcg acima de 70 anos) em 99% dos entrevistados.

O mesmo percentual dos pesquisados não consome as quantidades consideradas ideais de vitamina E. Pelo menos 80% consomem menos vitamina C e K do que o recomendado. O cálcio é deficiente em 90% do universo pesquisado.

O consumo de selênio, cobre, zinco e iodo também está muito abaixo do ideal.

Esses valores seriam facilmente alcançáveis, garantem os especialistas, se as pessoas consumissem mais frutas, verduras, legumes e laticínios.

Mas, como revela a pesquisa, a alimentação do brasileiro (mesmo das pessoas das classes mais altas) é muito pobre nesses nutrientes.

Para se ter uma idéia do grau de deficiência dessas substâncias, das mais de duas mil pessoas que participaram do estudo apenas 16 indivíduos ingeriam vitamina K acima do volume recomendado. E apenas 20 deles consumiam cálcio além do considerado ideal. A ingestão de vitaminas e minerais em quantidades tão abaixo do recomendado têm conseqüências diretas sobre a saúde da população, ainda que muitas vezes não seja muito explícita.

A carência de vitaminas e minerais está ligada a hipertensão, síndrome metabólica, diabetes, doenças relacionadas ao sistema nervoso central, diminuição da imunidade, doenças cardiovasculares, câncer de cólon, entre outras — Quando a pessoa não consome determinadas substâncias de forma adequada há uma fome oculta, uma carência de nutrientes que não necessariamente evolui para sinais visíveis e, por isso, é de difícil diagnóstico — explica Andréa Ramalho. — Mas isso potencializa muitas doenças e alterações metabólicas.

No caso da deficiência de cálcio a relação é ainda mais direta com a osteoporose.

— Foi uma surpresa — diz o coordenador do estudo, Marcelo Pinheiro, do Centro Paulista de Economia em Saúde da Unifesp. — Estávamos esperando um consumo médio de cálcio em torno de 800 miligramas por dia, o que já seria abaixo do ideal, que é 1.200. Mas a média encontrada foi de 400. Estamos muito abaixo. E nosso consumo de vitamina D, igualmente fundamental na prevenção da osteoporose, também é baixo.

### **Um problema cultural**

Segundo Pinheiro, o baixo consumo de leite e derivados está mais relacionado a uma questão cultural do que socioeconômica já que os valores não são tão divergentes nas diferentes classes sociais.

— É lógico que existe a questão do preço. Mas a classe mais alta também consome muito pouco. É muito mais uma questão de hábito — afirma.



**Livro faz análise do cotidiano alimentar de assentados** – Sítio Eletrônico do MDA - 26/09/2007

Autoconsumo, segurança alimentar, reforma agrária, assentamentos, agricultura familiar e desenvolvimento rural. Esses são alguns dos temas presentes no livro “Da Terra Nua ao Prato Cheio”. A publicação trata da produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do estado de São Paulo e é uma parceria entre o Centro Universitário de Araraquara (Uniara) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Itesp).

A origem da obra vem de uma pesquisa realizada pelo Itesp e por órgãos vinculados, que elegeram núcleos de assentamentos para a coleta de dados. “A pesquisa foi feita para avaliar o cotidiano e como as famílias consumiam, o que usavam dos assentamentos e o que compravam fora”, relata Vera Lúcia Botta Ferrante, organizadora do livro ao lado de Isabel Peres dos Santos. Segundo ela, o estudo é baseado na relevância do autoconsumo no dia-a-dia da família assentada.

**Segurança alimentar** - O estudo aponta que em quase 100% dos lotes analisados na pesquisa existe a produção de alimentos para consumo dos próprios trabalhadores rurais e suas famílias. Isso demonstra que a produção para autoconsumo não é apenas uma atividade secundária para as famílias assentadas, mas uma modalidade fundamental para a sobrevivência e segurança alimentar, ao lado da comercialização dos produtos agrícolas.

Vera destaca que o estudo surgiu em um período de polêmica no mundo acadêmico entre considerar ou não o autoconsumo. “Como nós sempre trabalhamos com a importância de um assentamento não ser avaliado apenas pela questão monetária, achamos que era uma boa resposta às análises pautadas unicamente pela lógica capitalista”, acrescenta. O trabalho dos grupos de campo foi conduzido pelos técnicos do Itesp em parceria com algumas universidades. As famílias assentadas que participaram da pesquisa anotaram diariamente o consumo alimentar. Divididos em sete regionais, 12 Grupos Técnicos de Campo participaram do trabalho. Para saber mais sobre o livro “Da Terra Nua ao Prato Cheio”, acesse a página do Itesp: <http://www.itesp.sp.gov.br>.

**Lucros no campo, inflação nas cidades** – Valor Econômico – Brasil - 26/09/2007

Economistas de dentro e de fora do governo travam um interessante debate sobre como o Banco Central deve reagir à recente inflação dos alimentos. A quebra de safra de produtos agrícolas na Oceania e a febre da produção de etanol nos Estados Unidos puxaram as cotações internacionais. Os efeitos no Brasil podem ser assim descritos:

1) Os fazendeiros do Sul e do Centro-Oeste exportam mais, aumentam os salários dos trabalhadores rurais e ampliam as encomendas de insumos e de máquinas agrícolas. Todos consomem como nunca, ampliando as pressões inflacionárias.

2) Os trabalhadores urbanos, sobretudo os de baixa renda, sofrem com a alta dos preços dos alimentos e reduzem o consumo. Ajudam, dessa forma, a conter a inflação.

A questão: qual desses movimentos é mais forte? A queda no consumo das massas urbanas será capaz de compensar a pressão inflacionária no campo? Ou a prosperidade agrícola é dominante, exigindo vigilância da política monetária?

O BC já deu indicações claras, em seus documentos oficiais, que está preocupado com a alta dos preços dos alimentos. Não emite sinais de que vai se render ao argumento que a alta da inflação e conseqüente queda da renda, por si só, serão capazes de conter a inflação. Mesmo porque a pressão dos preços de alimentos é apenas mais um fator de risco monitorado pela autoridade monetária e não pode ser dissociada de um contexto de forte expansão da demanda, impulsionada tanto pelos efeitos defasados dos cortes de juros feitos até agora quanto pela expansão de gastos e das transferências fiscais.

Isso não impede, porém, economistas de dentro e de fora do governo de acharem que o BC está redondamente enganado e que terá que reorientar a sua política monetária. A LCA Consultores, por exemplo, espera um corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros agora em outubro.

A pressão nos preços dos alimentos surgiu no primeiro semestre e, no princípio, ficou concentrada em soja e trigo, refletindo a expectativa de que mais agricultores americanos iriam destinar suas terras ao cultivo de milho, usado na produção de etanol. O preço do trigo na Bolsa de Chicago subiu 89,9% entre agosto de 2006 e 2007. A queda na produção de grãos puxou os custos de produção de carne e frango. Somou-se a isso a quebra de safra em dois países exportadores de leite, Nova Zelândia e Austrália, em um momento de entressafra no Brasil. O preço internacional do leite em pó desnatado subiu 155% em um ano.

---

## **O BC deve combater a inflação dos alimentos?**

---

Os consumidores brasileiros começaram a sentir com maior intensidade a alta de preços de alimentos a partir de junho. A inflação acumulada nos itens de alimentos e bebidas no IPCA foi de 9,76% nos 12 meses encerrados em agosto, ante deflação de 0,76% em período semelhante de 2006. Neste ano, leite e derivados subiram 35,91%; carnes, 4,22%; frango, 6,01%; e o pão francês, 4,44%.

A alta de preços dos alimentos atinge mais quem tem renda menor e destina maior parte dos seus ganhos ao consumo de alimentos. Entre as famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos, alimentos e bebidas respondem por 20,4% dos gastos; nas famílias entre 1 a 6 salários mínimos, a 27,3%. Como a despesa com alimentação é difícil de comprimir, as famílias de baixa renda têm menos recursos disponíveis para outras despesas.

Uma questão importante é se os consumidores de baixa renda, que nos últimos anos alavancaram o consumo com crédito, vão ter dinheiro para pagar as prestações. "É algo a ser monitorado", avalia Andrew Storfer, diretor de economia e finanças da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac).

"As vendas nos supermercados já estão diminuindo", afirma o economista Raphael Castro, da LCA Consultores. Isso ficaria claro na pesquisa mensal do comércio do IBGE, que mostra desaceleração, de 8,2% para 4,6%, nas vendas de super e hipermercados, comparadas aos mesmos meses de 2006. Castro diz que a inflação de 0,87% dos alimentos no IPCA-15, ante 1,61% em agosto, já reflete a queda do consumo popular.

"Estamos diante de um típico choque de oferta, e o papel do BC deve ser o de acomodar essa alta de preços e combater os efeitos secundários sobre a inflação", afirmou.

Ou seja: o BC não deveria se preocupar com a alta em si dos alimentos, mas sim com as repercussões sobre as expectativas inflacionárias.

O economista-chefe para a América Latina do ABN Amro, Alexandre Schwartzman, discorda da visão de que a alta dos preços de alimentos é um choque de oferta. "Não tem nada a ver com a situação típica em que uma alta do preço do petróleo reduz a renda dos americanos, que importam o produto, arrefecendo a demanda e a inflação", afirma ele. "Uma diferença fundamental é que o Brasil exporta produtos agrícolas."

O que está havendo, afirma Schwartzman, é uma inflação de demanda. É verdade, reconhece, que a renda dos consumidores domésticos vai cair, sobretudo dos mais pobres. Mas os produtores agrícolas terão um aumento de renda ainda maior. Venderão a preços mais altos para os consumidores domésticos e no exterior. O consumo e o investimento nas áreas agrícolas já estão se expandindo fortemente, num contexto de demanda agregada já bastante aquecida. Schwartzman cita como evidência reportagens recentemente publicadas pelo Valor que registram a bonança dos produtores de leite e trigo.

Castro, da LCA, concorda que a renda no campo está aumentando. Mas, segundo ele, o aumento de renda está concentrado em um número relativamente pequeno de pessoas, em que a propensão para o consumo é bem menor.

A controvérsia está longe do fim porque ainda não há estatística disponível para afirmar quem tem a razão. Guardadas as devidas proporções, revive-se o debate fomentado na década de 1960 pelos teóricos estruturalista. Eles advogavam a tese de que os ganhos da alta de preços de alimentos não eram apropriados pelos homens do campo, mas por atravessadores que compravam os produtos para vendê-los às massas urbanas.

**Alex Ribeiro é repórter em Brasília**

**Alimentos reduzem pressão no IPC da Fipe** - Folhapress, de São Paulo – Valor Econômico – Brasil - 27/09/2007

Os preços dos alimentos reduziram a pressão que vinham exercendo sobre a inflação no município de São Paulo, o que levou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe a registrar ligeira desaceleração, para 0,18%, na terceira quadrissemana deste mês - período de 30 dias encerrado no dia 22.

No período anterior, o IPC havia registrado alta de 0,19%. O grupo alimentação recuou para 0,79%, ante 1,17% na segunda quadrissemana de setembro. O grupo habitação teve ligeira alta de 0,03% no período, diante de deflação de 0,27% na semana anterior.

Os grupos transportes, despesas pessoais e saúde registraram quedas: o primeiro, de estabilidade, teve ligeira deflação de 0,02%, o segundo, de alta de 0,13%, caiu para 0,09%, e o último, de elevação de 0,37%, caiu para uma alta de 0,18%. O grupo educação se manteve em alta de 0,06% e o do grupo vestuário manteve-se em deflação, com ligeiro avanço em relação à quadrissemana anterior - passou de -0,61% para -0,60%.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**oppa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

